

Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social

Sylvia Moretzsohn
Universidade Federal Fluminense

Índice

| | |
|--|----|
| 1 Introdução | 1 |
| 2 Definindo o campo da análise | 3 |
| 3 Falando em nome de “todos”: a imprensa como “quarto poder” | 6 |
| 4 Definindo o inimigo | 8 |
| 5 Disseminando o medo: a produção de “ondas de crime” e outras estratégias | 12 |
| 6 Delimitando espaços: favela/periferia como locus do mal | 15 |
| 7 Apresentando o “outro lado”: o crime e a exclusão como “problema social” | 21 |
| 8 Propondo “soluções”: o social como coisa simples | 25 |
| 9 Finalizando: melhorar ou mudar a imprensa? | 31 |
| 10 Bibliografia | 36 |

Tudo aquilo que rompe o ronron dessa politologia flácida que serve [aos jornalistas] de instrumento de apreensão da sociedade tem todas as chances de ser percebido como uma agressão ou de simplesmente não ser percebido.

Loïc Wacquant

1 Introdução

A passagem do sociólogo francês Loïc Wacquant pelo Brasil no início de abril de 2001 causou ao mesmo tempo esperança e frustração por parte dos que propõem a crítica ao sistema penal e ao neoliberalismo. Esperança porque uma entrevista no *site* No (Notícia e Opinião) provocou o previsível alvoroço nos vasos comunicantes de um sistema midiático que trabalha segundo esse tipo de impulso, especialmente agora na era do “tempo real” (o que sai em um noticiário é imediatamente reproduzido em outros, ou no mínimo influencia a pauta dos demais). Frustração porque as inúmeras entrevistas que se seguiram acabaram não sendo publicadas: naquela semana, apenas o *Jornal do Brasil* abriu espaço para o questionamento do sociólogo à política de punição dos pobres através do encarceramento crescente. Uma semana mais tarde, a *Folha de S. Paulo* dedicava um quarto de página à passagem de Wacquant pelo Rio, em matéria editada após a sua partida, sem os devidos cuidados de atualização – para o leitor desavisado, era como se o pesquisador ainda estivesse aqui. Mais de um mês depois, o *Correio Braziliense* publicava matéria semelhante, no con-

texto da discussão da privatização das prisões.

A pequena expressão, nos jornais, da visita de alguém que despertou inicialmente tanto interesse da imprensa poderia ser explicada exatamente através de uma interpretação mais imediatista do trecho escolhido para a epígrafe deste artigo: o discurso de Wacquant vai contra aquele “ronron” que a mídia sedimenta, portanto não serve, deve ser descartado. Aparições fortuitas, como as que ocorreram, estariam aí apenas como exceções a confirmar a regra.

Se buscarmos um aprofundamento do sentido dessa mesma epígrafe, porém, poderemos perceber algo mais importante e revelador, não apenas da orientação majoritária da grande imprensa em relação à sua pauta diária (e ao enfoque da questão criminal, em particular), mas principalmente das possibilidades (e dificuldades) de superação desse quadro, por parte dos setores sociais interessados em uma ação transformadora de cunho socialista. Pois, se entendermos o “ronron” como o discurso cotidiano através do qual a imprensa procura sedimentar consensos, perceberemos a necessidade de formulação de um outro discurso com a mesma ênfase no cotidiano, que assuma a tarefa de buscar um novo senso comum, no sentido que originalmente Gramsci e mais recentemente Boaventura de Sousa Santos formularam¹.

O cerne da questão foi exemplarmente exposto por Armand e Michèle Mattelart em um de seus relatos sobre sua experiência du-

rante o governo Allende, no Chile: lidar com a comunicação significa lidar com o cotidiano, “e, para as pessoas, o cotidiano é a vida num regime capitalista”². Portanto não se trata simplesmente de utilizar as formas consagradas de sucesso popular e injetar-lhes um conteúdo crítico: seria preciso repensar o próprio processo de comunicação dialeticamente, tanto a relação forma/conteúdo quanto a interação entre produtores e público.

Violentemente interrompida três anos depois de iniciada, a breve experiência chilena não teve tempo de sedimentar-se e apresentar resultados passíveis de crítica. Ao que parece, ocorreu lá algo semelhante ao que Paulo Pontes apontava aqui, referindo-se às atividades dos Centros Populares de Cultura: quando chegava a hora de avaliar o trabalho e redefinir-lhe os rumos, veio o golpe militar, que obrigou a um reordenamento das forças e a uma ação de resistência que precisava inventar formas de continuar existindo, num ambiente cada vez mais opressivo.

As atuais e já numerosas iniciativas de comunicação popular a partir de rádios e TVs comunitárias aparecem como uma retomada desse esforço e estão a merecer um estudo que leve em conta a questão central da linguagem: como se dá a capacitação dos moradores interessados em atuar nesse meio, qual a relação entre os comunicadores e o público (seus vizinhos), de que maneira absorvem e transformam (ou reproduzem) as fórmulas dos programas populares já consagrados.

Trata-se de um trabalho fundamental, que, entretanto, escapa ao alcance deste artigo.

¹ Antonio Gramsci. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Boaventura de Sousa Santos. *Crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo, Cortez, 2000.

² Armand & Michèle Mattelart. *Frentes culturais y movilización de masas*. Barcelona, Anagrama, 1977.

Nosso propósito aqui é desenvolver paralelamente um esforço igualmente importante de análise da lógica que orienta a cobertura criminal na grande imprensa, procurando demonstrar que ela se estende à cobertura dos fatos relacionados às classes populares, e como ela serve à disseminação do medo e à formulação e ampliação de políticas cada vez mais repressivas de segurança pública. Procuraremos demonstrar também que, embora predominante, o discurso repressor não é único, mas se completa com outro que aparentemente seria o seu contrário, evidenciando duas formas de se tratar a “questão social”, num desdobramento do que foi estudado por Gisálio Cerqueira Filho³: ora como “caso de polícia” (expresso na “política criminal com derramamento de sangue” apontada por Nilo Batista⁴), ora como “caso de política”, fechando o círculo alimentado por aquela politologia flácida de que fala Wacquant. O objetivo final é sugerir maneiras de alterar esse processo, no sentido já declarado de buscar a formação de um novo senso comum.

Antes de prosseguirmos, devemos ressaltar que o tratamento das estratégias de disseminação do medo pela imprensa estará aqui circunscrito aos limites já definidos, mas, de fato, não se restringe à questão criminal, transbordando para os mais distintos temas da vida cotidiana: a carne contaminada, os remédios falsificados, a água imprópria para

consumo, os inúmeros golpes com cartões de crédito, tudo é exposto como se o mundo fosse um lugar essencialmente hostil e perigoso, produzindo uma permanente sensação de insegurança em todos os níveis. Mas é claro que esta abordagem transcende os objetivos desse artigo, exigindo estudo específico, inserido na linha de pesquisa que aponta a contradição entre o projeto iluminista original da imprensa e sua prática cotidiana, que mais alarma do que esclarece os cidadãos.

2 Definindo o campo da análise

Nosso campo de análise principal é, aqui, a grande imprensa voltada para o público de classe média, que se concentra em quatro jornais de expressão nacional – *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – e na revista *Veja*. Grandes jornais auto-proclamados “populares” (no sentido de que têm como alvo o público de baixa renda), como *O Dia*, *Extra* ou o recém-extinto *Notícias Populares*, que deixou de circular em janeiro de 2001, teriam de ser analisados à parte, antes de mais nada devido ao seu papel distinto na relação com seu leitor (supostamente, falam “com”, “para” e “em nome” dele, enquanto os jornais para a classe média falam “do” povo). Isso pressupõe uma forma particular de eleger e tratar as notícias, que, de saída, determina uma inversão de ênfase, na qual os temas privilegiados pela imprensa “séria” (o noticiário político e econômico, nacional e internacional) são resumidos para dar espaço ao que diga respeito à “vida popular”, em especial à questão criminal. Essa particularidade envolve a questão decisiva da linguagem, tão bem expressa em propaganda do *Povo* em cartazes afixados em bancas de jornal, em

³ Gisálio Cerqueira Filho. *A “questão social” no Brasil – crítica do discurso político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

⁴ Nilo Batista. “Política criminal com derramamento de sangue”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, ano 3, nº 5-6. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1º e 2º semestres de 1998.

outubro de 2001: “O melhor conteúdo por apenas 40 centavos. Ou seja, a parada toda por uma merreca” – revelando a decisão de expor a realidade “como ela é”, sem rodeios nem meias-palavras, o que insinua a ênfase no apelo sensacionalista. E envolve, sobretudo, o papel que esse tipo de jornalismo desempenha, identificado por já vasta bibliografia⁵, na qual se destaca o precursor estudo de Antonio A. Serra sobre o jornal *O Dia*, então emblemático do jornalismo dito “popular”: a função de intermediário entre o “povo” sofredor e sem voz e o governo, aparentemente inatingível por esses carentes tanto das condições básicas de subsistência quanto da linguagem adequada para sensibilizar o poder.

Esta linguagem, que só o jornal possui, é a que permite retirar os problemas de sua brutalidade vivida, e equacioná-los como questões “técnicas” que possam ser absorvidas pelo Estado. Fragmentar as situações em problemas concretos e tecnicamente solucionáveis, eis uma das funções do intermediário. Para tanto, “fetichiza-se” o problema

⁵ As pesquisas envolvem tanto veículos impressos como programas de rádio e TV, todos, porém, com a mesma linha editorial. Assim, temos os trabalhos de Antonio A. Serra (*O desvio nosso de cada dia – a representação do cotidiano num jornal popular*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1980), Danilo Angrimani (*Espreme que sai sangue – um estudo do sensacionalismo na imprensa*, São Paulo, Summus, 1994), Maria Immacolata V. Lopes (*O rádio dos pobres*, São Paulo, Loyola, 1980), Maria Tereza P. da Costa (O programa Gil Gomes – a justiça em ondas médias, Campinas, Unicamp, 1992), Maria Thereza Fraga Rocco (*A linguagem autoritária – televisão e persuasão*, São Paulo Brasiliense, 1988), Ana Rosa Ferreira Dias (*O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular*, São Paulo, Educ/Cortez, 1996), Kleber Mendonça (*Discurso e mídia: de tramas, imagens e sentidos. Um estudo do Linha Direta*. Dissertação de mestrado em Comunicação, Niterói, UFF, 2001).

num correlato adequado à gama de soluções estatais, com isso impedindo que considerações de ordem mais geral, enfim, que a relação de exploração seja aventada. Em outras palavras, o lugar do intermediário político se legitima na medida em que o povo tenha sempre “problemas” e que seja o Estado quem disponha das soluções. A desigual distribuição de recursos, de meios, de palavra e poder, nada disto vem ao caso: ao contrário, é tudo cristalizado numa ordem natural, fortalecedora do tipo de representatividade política que o jornal e os por ele eleitos compõem. Ao mesmo tempo, a atomização dos problemas e sua tradução em tópicos de um programa administrativo corta qualquer possibilidade de articulá-los em relações políticas e sociais estruturais⁶.

No caso específico, tal intermediação revestia-se de um caráter funcional mais eficaz, na medida em que o jornal era, à época, de propriedade do governador do estado. Um estudo atualizado sobre esses jornais certamente identificará mudanças na linha editorial, conforme alterações ocorridas no controle das respectivas empresas que os publicam (*O Dia*, por exemplo, iniciou em 1987 uma reforma que o levou a afastar-se da imagem do jornal “espreme que sai sangue”, abrindo caminho para o *Povo* e publicações similares) e poderá verificar se essas mudanças representam alguma alteração no tratamento da notícia.

Dizíamos, porém, que nosso objetivo era tratar da grande imprensa voltada para a classe média, e demonstrar que a lógica orientadora da cobertura criminal, fundamentada, embora não declaradamente, nos postulados positivistas da criminologia tradicional, se estende à abordagem dos fatos rela-

⁶ Antonio A. Serra. op. cit., p. 33.

cionados às classes populares, encarando-as, assim, da perspectiva do perigo que representam para o público dessas publicações.

Este não será um estudo exaustivo e quantitativo do material noticioso: a abordagem é orientada pela fundamentação teórica da análise de discurso formulada por Foucault e Pêcheux, e que por sua vez tem origem no trabalho pioneiro de Bakhtin, que apontou o “papel produtivo e a natureza social da enunciação”⁷. Se a produção de sentido está vinculada a uma posição social e historicamente determinada, de pouco vale verificar se, formalmente, dedica-se o mesmo espaço, por exemplo, a fontes de distintas e às vezes conflitantes percepções da realidade; mais importante é perceber como esse material foi editado, como se estabeleceu a relação entre texto e imagem (pois um jornal é a reunião de elementos verbais e não-verbais que interagem na produção de sentido) e qual a relação dessas publicações com o seu público, o que implica verificar o trabalho sobre a linguagem. É por isso, também, que vez por outra recorreremos a exemplos de material noticioso veiculado em outros meios (televisão, internet), que integram os conglomerados de comunicação responsáveis pelos jornais aqui citados e ajudam a compreender o processo global de que vamos tratar.

Outro aspecto importante, que não abordaremos aqui, é a verificação do vínculo entre o noticiário e os interesses das empresas de comunicação, em geral, e a conjuntura política em particular. No primeiro caso, Nilo Batista observa o papel que cabe à imprensa na elaboração daquilo que, em outro artigo, chamou de “política criminal

com derramamento de sangue”: “só alguém muito ingênuo suporá que são as convicções políticas de seu empresariado e não as perspectivas bilionárias da exploração da telefonia celular, por exemplo, que definirão a inclinação dos editoriais e a ênfase do noticiário”, o que implica, no campo criminal, “a relegitimação cotidiana do sistema penal e a campanha por sua expansão”⁸. A relação com a conjuntura política, por sua vez, leva frequentemente a uma deturpação deliberada das informações, chegando-se mesmo à pura e simples invenção de fatos. A propósito, certa vez Janio de Freitas escreveu artigo relacionando uma série de informações na área criminal (ataques a delegacias, sequestros, assaltos em túneis) que, embora completamente falsas, foram divulgadas pela imprensa e contribuíram para criar um clima de pânico propício à acusação de incúria do governo do Rio em relação à segurança pública⁹. Mas, além de implicar um esforço suplementar de pesquisa, essas duas vertentes do trabalho nos levariam a discutir detalhes do comportamento ético dos meios de comunicação que fogem a nossos objetivos. Além do mais, a análise do material aqui exposto permite esclarecer o essencial: o modo pelo qual os fatos são construídos, reiterando-se estereótipos e preconceitos, às vezes de maneira muito sutil.

⁷ Mikhail Bakhtin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992.

⁸ Nilo Batista. “A violência do Estado e os aparelhos policiais”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, ano 2, nº 4. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2º semestre de 1997, p. 153.

⁹ Janio de Freitas. “As ondas do Rio”. *Folha de São Paulo*, 30 de outubro de 1994.

3 Falando em nome de “todos”: a imprensa como “quarto poder”

É preciso, em primeiro lugar, sublinhar que o nosso principal foco de análise constitui “a” imprensa por excelência, “modelo do próprio conceito de jornalismo”¹⁰, aquela que expressa, ou se propõe a expressar, os postulados clássicos que norteiam a atividade, relacionada à proposta iluminista de “esclarecer os cidadãos”, e é reconhecida pelo título auto-atribuído de “formadora de opinião” – como se os jornais “populares” não desempenhassem também esse papel. Tal caracterização mal disfarça, portanto, a desqualificação desta outra imprensa, o que é uma forma de expressar o secular desprezo da elite por tudo aquilo que diga respeito ao “povo”. Com uma agravante, pois esse comportamento é adotado também pelos críticos do sistema vigente, de modo que a luta pela democratização dos meios de comunicação, pelo respeito à ética e outras propostas de teor semelhante tenham como campo de luta principal, senão único, esta “imprensa modelo”, não por acaso corriqueiramente chamada de imprensa “séria”.

Os documentos publicados por essas empresas jornalísticas não deixam dúvidas quanto ao propósito de falar em nome de toda a sociedade, assumindo o papel de um suposto “quarto poder” sem outros interesses a defender que não os dos próprios cidadãos indiferenciadamente. Tal formulação, surgida na Inglaterra em 1828, encontrou campo fértil de desenvolvimento nos Esta-

¹⁰ Adelmo Genro Filho. *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê!, 1987, p. 23.

dos Unidos, onde floresceu a idéia de que a imprensa era os “olhos e ouvidos da sociedade”, “cão de guarda” das instituições democráticas, fiscal do poder, sempre alerta quanto aos atos do Executivo. E tornou-se recorrente nos discursos a respeito do papel da imprensa, apesar das inúmeras críticas a apontar o caráter ideológico dessas definições, encobridoras de interesses muito bem definidos¹¹.

Assim, a *Folha de S. Paulo*, além de ser o primeiro jornal brasileiro a preocupar-se em sistematizar, através de seus famosos manuais, uma racionalidade para o trabalho da imprensa, deixa claras suas intenções ao estampar todos os dias, abaixo do logotipo, o lema “um jornal a serviço do Brasil”. A revista *Veja*, em campanha publicitária de fins dos anos 90, dizia-se “os olhos do Brasil” (em cartaz ilustrado, a propósito, com um grande olho azul. Seriam os olhos azuis do Brasil? Seria o Brasil de olhos azuis? Ou era com olhos azuis que a revista via o Brasil?). *O Globo*, em documento divulgado no próprio veículo em 1994 e disponibilizado na internet até meados de 1999 – quando a página da empresa foi modificada para atender exclusivamente aos propósitos de *marketing* do grupo –, define-se como “um jornal carioca, respeitado no país inteiro”, que se expressa “pela *identidade com os costumes e as aspirações da comunidade* e pela intensa

¹¹ Cf., entre outros, Serge Halimi. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis, Vozes, 1999; Pierre Bourdieu. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997. Patrick Champagne. “*La vision médiatique*”, in Pierre Bourdieu (org.), *La misère du monde*. Paris, Seuil, 1993, p. 61-79; Chico Nelson et al. (org.). *Jornalistas pra quê? Os profissionais diante da ética*. Rio de Janeiro, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, 1989.

prestação de serviços à população do Rio de Janeiro. Líder de mercado, conta a quase dois milhões de leitores, todos os dias, o que acontece no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo”. Esta a sua “missão”: “levar *o retrato fiel da realidade* ao maior número de pessoas e procurar sempre *servir à comunidade*” (grifos nossos).

Desnecessário dizer que o jornal se auto-legitima ao dizer-se identificado com os costumes e as aspirações da comunidade, à qual, humildemente, apenas “serve”: tudo o que está naquelas páginas, automaticamente, expressa aqueles costumes e aspirações. Sem falar na idéia de que o noticiário ali exposto é “retrato fiel da realidade”: o jornal não interfere, apenas “relata fatos” para que o leitor soberano “tire suas próprias conclusões”, escondendo assim todo o processo de construção da notícia, resultante de mediações discursivas inerentes ao trabalho jornalístico, que obviamente influem nas tais conclusões a que o leitor vai chegar – dependentes, além disso, também de seu grau de formação, de seu repertório de crenças, de suas referências culturais, de sua condição social, em suma.

O mais interessante, porém, é perceber que o jornal, embora obviamente se destine a um público *determinado*, proclame-se porta-voz de *toda* a comunidade. No caso do *Globo*, isso fica mais claro em outro trecho do documento, que aborda os objetivos da redação: entre outros, a “defesa do primado do Direito sobre a força e da ordem sobre a anarquia, em qualquer de suas manifestações”, e a “vigilância permanente contra a injustiça, a corrupção, a violência, a arbitrariedade, a incompetência no trato de assuntos públicos e tudo mais que prejudique a qualidade de vida *em todos os níveis da sociedade*” (grifos nossos). Note-se, a propó-

sito, a indiferenciação entre os termos sociedade e comunidade, o que, à parte o interesse no campo das ciências sociais, traz um problema para a análise específica dos textos das reportagens, na medida em que esses termos não se confundem no material noticioso: comunidade, no caso, é expressamente a forma pela qual são tratados os habitantes de favelas e conjuntos habitacionais da periferia das cidades, mas serve mais como eufemismo politicamente correto para substituir “favelados” e outros termos depreciativos, e indica também um sentido de solidariedade e de ação política coletiva raramente existentes.

A auto-legitimação como um prestador de serviço para “todos” faz parte da estratégia da imprensa (*desta* imprensa) para assegurar seu lugar de autoridade. Mas, ao mesmo tempo, implica o processo de naturalização dos fatos sociais traduzidos como notícia. O jornal, afinal, pode apresentar-se como o espaço da ordem, uma ordem consensual, inquestionável, indispensável para a vida em sociedade. Essa observação é particularmente importante no caso do noticiário criminal. Em considerações aplicáveis à constituição do discurso jornalístico, Serra argumenta:

A própria qualificação de criminal (...) é na verdade fruto de apropriação de certos fatos, acontecimentos, personagens e sua tradução e recomposição em um produto que é o crime tal como apresentado na notícia. Daí decorre uma “naturalização” do crime, algo que está aí e que o jornal testemunha. (...) Se acrescentarmos que a prática da leitura do jornal é cotidiana, um espaço incorporado culturalmente à vida, ao qual recorreremos “naturalmente” para saber o que se passa, concluiremos que aí se instala, como coisa dada, como referência espontânea, um

universo do qual somos solidários e do qual nos tornamos igualmente personagens¹².

Não é difícil perceber que, de acordo com essa demarcação de espaços, esse jornalismo tende a assumir, para a cobertura do fato criminal, a fundamentação da criminologia positivista, cujo objeto era “o estudo do homem delinquente”, e que dividiu os homens em “normais” (os que aceitavam a ordem) e “anormais” (os desviantes, que tanto podiam ser criminosos comuns como anarquistas e outros “resistentes” à ordem)¹³. Classificação funcional, como já demonstrou a crítica marxista, pois, num contexto de intensa agitação política (segunda metade do século XIX), lançavam-se bases teóricas “inquestionáveis” (porque “científicas”) perfeitamente adequadas para justificar o exercício da disciplina e do controle social. A seguir, veremos como essas idéias de disciplina e controle são reforçadas através do noticiário cotidiano.

4 Definindo o inimigo

Ao estudar a conduta da imprensa inglesa em relação à criminalidade, Steve Chibnall percebeu que as diferenças entre os veículos desapareciam quando se tratava de cobrir as atividades do IRA: contra o terrorismo não poderia haver complacência, portanto para seus representantes ou defensores não valia a “lei dos dois lados”; eles não precisam ser ou-

vidos, não podem ter voz, pois sua ação é injustificável, uma ameaça à sociedade¹⁴.

Entre nós ocorre algo semelhante, especialmente se considerarmos o noticiário sobre o combate à droga: diferenças de linha editorial, frequentemente tópicas ou casuísticas, se dissolvem quando se trata de definir o inimigo. Aí, todos se unem, assumindo acriticamente o discurso oficial. Assim, banalizam-se expressões como “guerra” e “cruzada”, contra um inimigo mitificado e demonizado – às vezes a própria droga, feticizada no melhor sentido marxista, como se tivesse vida própria e pudesse, por exemplo, “invadir as universidades”¹⁵; às vezes o traficante, cuja identidade varia conforme as circunstâncias; às vezes o “tráfico”, tratado de maneira semelhante à “droga”.

Nilo Batista vai buscar na Inquisição as raízes desse processo, ao demonstrar que ela expõe, “pela primeira vez na história, como o sistema penal pode adquirir uma certa autonomia que o desvincule do projeto político que o criou, e como essa poderosa criatura, a serviço de correntes específicas, pode usar conjunturalmente suas armas prestigiadas e ferozes”¹⁶. Estabelecem-se aí as bases da criminalização do diferente, que “sobreviveram à descriminalização histórica da heresia” e permanecem hoje, facilmente visíveis “em conjunturas mais claramente politizadas (judeus perante a ordem nazista, socialistas perante os tribunais militares do Cone

¹² Serra. op. cit., p. 18.

¹³ Rosa del Olmo. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, p. 35 (no prelo).

¹⁴ Steve Chibnall. *Law-and-order news – an analysis of crime reporting in the british press*. Londres, Tavistock, 1977.

¹⁵ “Droga invade as universidades”. JB, 13 de outubro de 1999.

¹⁶ Nilo Batista. *Algumas matrizes ibéricas do direito penal brasileiro – vol I*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2000, p. 233.

Sul, etc.), porém sem muito esforço mesmo quando as variáveis políticas estejam encobertas (a ‘guerra santa’ contra as drogas e o traficante-heredeiro que pretende apossar-se da alma de nossas crianças)”.

Como disse Louis Sala-Molins na inspirada introdução à sua tradução do Manual de Eymerich, a Inquisição “sobrevive, no indicativo presente”, e “quando o público reclama de novo os rigores do fogo” – o que, nas sociedades contemporâneas, é quase sempre o fruto induzido de campanhas da mídia – basta “modificar um parágrafo para (a Inquisição) estender legitimamente sua jurisdição sobre o novo tipo de ‘combustível”’.

(...)
A Inquisição nos legou o princípio da oposição entre a ordem jurídica virtuosa e o caos infracional, ou seja, a idéia de que a infração desorganiza (desvirtua) a ordem. Ao contrário de uma concepção politizada da intervenção penal, que incorpora o delito não só conceitualmente mas principalmente como a possibilidade banal de sua própria eficácia, a sacralização da ordem jurídica produz um injusto que a ameaça, que se coloca externamente a ela (um injusto fora-da-lei) e que deve ser não simplesmente compensado ou retribuído, mas exterminado. A matriz do *combate ao crime* vê-se assim revigorada (...). Quantos séculos deverão transcorrer até que nos apercebamos das funções ocultas que, no plano das relações internacionais contemporâneas, desempenha a guerra contra as drogas recomendada nas decretais dos presidentes norte-americanos? No discurso da política criminal inquisitorialmente orientada, o *combate ao crime* invariavelmente utilizava metáforas de conteúdo exterminador: o operador judiciário é o agricultor previdente, cuja enxada deve extirpar a má semente ou matar a víbora; ou é o cirurgião diligente, que deve amputar o membro apo-

decido para obviar a infecção; pragas no campo e epidemia nas cidades resultarão de qualquer transigência com os inimigos da ordem virtuosa¹⁷.

Esta é, de fato, a lógica que preside as inúmeras campanhas contra a violência, nomeada estrategicamente em sua generalidade abstrata, para ganhar concretude na violência imediatamente visível. Mais interessante: às vezes são campanhas de iniciativa dos próprios veículos de comunicação. Assim, por exemplo, *O Globo* promoveu em 1985 a pesquisa “O Rio contra o crime”, que recebeu aplausos de quem teria todos os instrumentos para criticá-la. A antropóloga Alba Zaluar, embora ressaltando a baixa adesão da população pobre ao questionário, aplaudiu a iniciativa do jornal¹⁸, desconhecendo a crítica preliminar, fundamental e aparentemente óbvia a ser feita a partir do próprio título da pesquisa, que incorpora uma dualidade maniqueísta opondo a cidade (e seus cidadãos) como lugar da paz e da concórdia e o “crime” como entidade demoníaca que, de fora, vem afrontá-la e agredi-la. Esse raciocínio, ademais, se aplica perfeitamente ao mito do Brasil como um país especial, abençoado por Deus, ilha de tranquilidade num mundo conturbado, reino da harmonia, onde os conflitos sociais não têm lugar¹⁹: nesses termos, o “tráfico” e o “traficante” só podem ser fatores estranhos, exógenos, passíveis de isolamento e combate como algo não-natural à nossa índole.

¹⁷ Idem, p. 234-5.

¹⁸ Alba Zaluar. “O Rio contra o crime”, in Zaluar, *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan/UFRJ, 1994, p. 36-41.

¹⁹ Ver o tratamento dado à “questão social” em diferentes épocas, da República Velha ao populismo pré-64, in Gisálio Cerqueira Filho, op. cit.

Mesmo quando não lidera a campanha, a imprensa contribui para justificá-la. Foi assim com o “Reage, Rio”, logo desdobrado no “Reage, São Paulo”, a partir de séries de reportagens que desenhavam um quadro caótico do cotidiano urbano e levavam à percepção de que o “sentimento de insegurança” da população havia chegado a um ponto intolerável. Foi assim também com o famoso “Basta, eu quero paz!”, empalmado pelo Movimento Viva Rio no embalo midiático do sequestro do ônibus 174, em 12 de junho de 2001, no Jardim Botânico. Numa área nobre da cidade – ademais, o bairro onde se localiza a sede da maior rede de televisão brasileira –, o fato mereceu cobertura ao vivo da TV Record e do canal pago Globo News, durante quase quatro horas e meia, terminando com a morte do sequestrador e de uma refém. O impacto daquelas imagens, associado à cobertura maciça dos jornais nos dias seguintes, forneceram os argumentos para a campanha, assumida entusiasticamente pelos jornais. No dia do ato, 7 de julho de 2000, o *Jornal do Brasil* gritava em letras enormes, desproporcionais aos demais títulos da capa: “Basta!” E o texto da chamada seguia o tom convocatório: “Participe. Vista branco, ponha bandeiras brancas na janela, vá à manifestação ecumênica no Largo da Carioca...”. A única voz dissonante nesse coro foi a do historiador Joel Rufino dos Santos, que considerava o ato uma forma de preparar o espírito da população para “indultar os produtores da violência” e disse que não participaria dele justamente porque os violentos dissimulados, porém mais importantes, estariam lá.

Há os que sofrem a violência e os que a produzem. Estes têm interesse em esvaziar a violência do seu conteúdo concreto. Num golpe inconsciente, mas de mestre, mobilizam as vítimas para ato cívico, altamente emotivo, contra a violência. Gritam e fazem

a população gritar “Basta!”. Com isso, dão à violência, de que são os produtores, um caráter abstrato. Eximem-se de qualquer responsabilidade. Os violentos são os outros. Na verdade, não são ninguém. Podem, portanto, ser demonizados – livrando a cara deles, os reais produtores de violência. Põem, no lugar sua cara, a cara do pobre-coitado do ônibus 174²⁰.

Esta era, porém, uma *opinião*, publicada no espaço reservado especificamente a esse tipo de manifestação – algo que o jornalismo sublinha na sacralizada, porém falaciosa, separação entre os lugares da objetividade (a informação) e da subjetividade, e que sobrevive apesar dos reiterados estudos que apontam o despropósito (mas também a funcionalidade) dessa divisão²¹. O jornal, ele mesmo, não utilizou os argumentos de Rufino em qualquer de suas reportagens, de modo a oferecer um contraponto, mínimo que fosse, à campanha em marcha. De todo modo, a opinião do historiador só teve possibilidade de influenciar *a posteriori*: o artigo saiu em 11 de julho, quatro dias depois do ato.

Tais exemplos demonstram, portanto, em primeiro lugar, uma caracterização redutora de violência, associada estritamente ao seu aspecto criminal. Uma abordagem mais ampla remeteria a uma discussão central no campo da ética, à qual a violência se opõe “porque trata seres racionais e sensíveis, do-

²⁰ Joel Rufino dos Santos. “Leitura do ato contra a violência”. *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 2001.

²¹ Cf. especialmente Manuel Carlos Chaparro, para quem “o jornalismo não se divide, mas se constrói com opiniões e informações”, demonstrando que a divisão realmente existente é entre dois tipos de texto, um de ordem expositiva, outro de ordem argumentativa. *Sotaques d’aquém e d’além mar – percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Santa-rém, Jortejo, 1998, p. 97.

tados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas”²² – e se pensarmos nos processos de fetichização e reificação operados no capitalismo, seríamos levados a supor a incompatibilidade entre a ética e esse sistema. Não podemos aqui, obviamente, avançar nessa discussão: baste-nos a referência à complexidade do tema, cujo desdobramento é bem resumido por Alberto Silva Franco:

[a] área de significado do conceito de violência é bem mais abrangente do que a criminalidade. Violência é a terrível faixa de excluídos, na sociedade brasileira; é a concentração de riquezas em poder de um número tão reduzido de pessoas; é a fome; é a miséria; é o salário aquém das necessidades básicas mínimas; é a prostituição infantil; é o elevado percentual de acidentes do trabalho; é o privilégio das corporações; é, enfim, a ausência de adequadas políticas públicas. Sobre a problemática brasileira, como um todo, ou sobre cada um desses graves problemas de violência, em particular, os meios de comunicação não esclarecem a população, nem pressionam a opinião pública e os órgãos de representação popular. “Dramatizar” a violência é bem mais fácil e, além disso, à sua retaguarda, há todo um processo de politização (movimento de lei e ordem) que atende aos interesses de segmentos sociais hegemônicos que visam aumentar, através de expedientes repressivos, o grau de controle da sociedade²³.

Significativamente, aliás, uma semana depois do dia do “Basta!”, o Jornal Nacional,

²² Marilena Chaui. “Ética e violência”, in *Teoria & Debate* n° 39, out/dez 1998.

²³ Alberto Silva Franco. “As perspectivas do direito penal por volta de 2010”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, ano 5, n° 9-10. Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1° e 2° semestres de 2000, p. 63.

da TV Globo, exibiu uma série de reportagens sobre a situação do transporte urbano no Brasil: pessoas que acordam de madrugada e caminham até o local de trabalho por não terem o dinheiro da passagem, pessoas enlatadas em trens suburbanos e ônibus, exaustas após um dia de trabalho, dormindo jogadas nos bancos ou mesmo em pé, amparando-se umas nas outras. “Sina de trabalhador”, disse o repórter. Ninguém falou de violência.

Assim, delimitando-se redutoramente a área de significado desse termo, a imprensa passa a explorá-lo politicamente, contribuindo para a formação de uma opinião favorável a políticas repressivas. Silva Franco mostra que o destinatário desse processo é o direito penal, que “deixa de ser o garante dos bens jurídicos mais relevantes da sociedade para tornar-se um direito de eficácia simbólica: um direito que responde aos medos sociais”. E fornece vários exemplos, entre os quais a Lei dos Crimes Hediondos, consequência da mobilização produzida pelo noticiário em torno do seqüestro de figuras importantes da elite econômica e social do país (casos Martinez, Salles, Diniz, Medina, etc.), até então a salvo da ação de delinquentes. “Foi tal a pressão exercida pelos meios de comunicação social, tal foi o nível de medo transmitido, que pessoas componentes de classes sociais desfavorecidas passaram a temer a possibilidade de serem vítimas daquele delito”²⁴. O próprio episódio do ônibus 174 foi outro exemplo: dois dias depois do ocorrido, os jornais noticiavam a “resposta” do governo, com uma reunião extraordinária da equipe responsável pelo novo “Plano Nacional de Segurança”. “Violência

²⁴ Idem, *ibidem*.

faz governo agir”, deu o JB de 14 de julho, num título sob uma foto do então ministro da Justiça, José Gregori, em que a palavra VIOLÊNCIA, destacada de uma faixa, parece desabar sobre sua cabeça. No lead, o jornal faz a associação imediata: “Depois do assalto com reféns e da morte da professora Geisa Gonçalves no Rio, o presidente Fernando Henrique Cardoso convocou às pressas, para ontem à noite, uma reunião com a equipe ministerial encarregada da elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública”. A seguir, diz que o presidente está “decidido a pôr um ponto final ao que chamou de violência inaceitável”.

Duas semanas antes do caso do 174, no dia 24 de maio, um confronto entre quadrilhas rivais de traficantes – de acordo com o que a imprensa noticiou – resultou em quatro mortos e levou pânico à favela Nova Holanda, em Bonsucesso. Particularmente a um casal e seus três filhos, entre os quais uma menina de 2 anos, feitos reféns em sua casa. Da janela, traficantes fortemente armados erguiam a criança em sinal de ameaça. Aquela violência, porém, não era “inaceitável”: tratava-se de mais uma ocorrência habitual em zonas já tradicionalmente conflagradas, que os formadores de opinião não frequentam e, portanto, não suscitam a interrupção do fluxo “normal” do noticiário para a irrupção da cobertura ao vivo nem, conseqüentemente, impõem uma pronta resposta das autoridades.

Da mesma forma, um crime que ganhou as manchetes em fins de abril de 2001 – o assassinato da fonoaudióloga Márcia Maria Lopes Coelho Lira, assessora do deputado Carlos Minc, em Santa Teresa – foi precedido de duas outras “ocorrências” que, por isso mesmo, nem mereceram registro: jovens negros amarrados, com tiros e sinais de seví-

cias, encontrados mortos em terrenos baldios do mesmo bairro.

Os assassinos da fonoaudióloga foram imediatamente chamados de bárbaros, não só pelos requintes de crueldade (em nada diferentes, porém, da violência que ocorre na periferia), mas porque um deles trabalhava na reforma da casa e era ajudado pela vítima. Vera Malaguti questiona:

Se, na primeira e na segunda mortes do mês, nada sentimos, nada noticiamos, nada nos surpreendeu, por que achar que “eles” se importam conosco? “Nós” não nos importamos com “eles”²⁵.

5 Disseminando o medo: a produção de “ondas de crime” e outras estratégias

Ao serem confrontados com estudos sociológicos baseados na teoria da construção social da realidade para a análise da produção das notícias, jornalistas das mais diversas tendências ideológicas costumam reagir com irritação, rejeitando a idéia de que “fabricam” o noticiário, o que para eles soa como uma inaceitável e antiética falsificação. Michael Schudson aponta a confusão numa frase que, no original em inglês, permite um jogo de palavras que dá uma dimensão mais clara do equívoco: “*We didn’t say journalists fake the news, we said journalists make the news*”²⁶.

Isto quer dizer que o processo de seleção e hierarquização dos fatos a serem transfor-

²⁵ Vera Malaguti Batista. “O medo na cidade”, in *Transgressões* – anais da I Jornada do Espaço Brasileiro de Psicanálise (no prelo).

²⁶ Michael Schudson. “*The sociology of news revisited*”, in James Curran and Michael Gurevitch (org.). *Mass media and society*. Nova Iorque, Edward Arnold, 1992, p. 141.

mados em notícia implica uma intencionalidade, frequentemente não explícita, dos responsáveis por esse trabalho. Mas pode significar algo mais importante, que ainda causa polêmica entre estudiosos da mídia: a existência ou não de distinções entre os fatos que ocorrem espontaneamente e outros que são “provocados” pela presença dos meios de comunicação. Daniel Boorstin inaugurou a denominação “pseudo-eventos”, ou eventos de mídia (os famosos factóides da recente política brasileira, organizados apenas para se tornarem notícia), para desclassificar os fatos assim “provocados”: considerava que a nobre tarefa da imprensa era noticiar aquilo que acontece de forma espontânea²⁷. Herbert Gans contesta essa idéia, argumentando que “todas as atividades que se transformam em reportagem são eventos de mídia; se elas são espontâneas ou produzidas é menos importante do que se elas se tornam notícia ou não”²⁸. Nicolau Sevcenko vai além: diz que não faz qualquer sentido a diferenciação entre fato “de verdade” e fato produzido porque “o mundo, tal como existe, especificamente a partir dos anos 20, é o mundo e o complexo das comunicações”. Portanto, a utilização de recursos de mídia para produzir situações artificiais é parte das estratégias dos conflitos que envolvem os jogos de decisões políticas e econômicas.

Fatos de verdade e fatos fabricados convivem como parte de uma realidade histórica na qual é possível fabricar fatos, da mesma forma como fatos podem se desdobrar por si mesmos, por uma cadeia genética de eventos históricos. É o caso, bem evidente, da

²⁷ Daniel Boorstin. *The image – a guide to pseudo-events in America*. Nova Iorque, Harper and Row, 1964.

²⁸ Herbert Gans. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Nova Iorque, Pantheon, 1979.

guerra do Golfo, que foi montada como um grande show da mídia para representar o sucesso da nova ordem mundial. (...) Esses acontecimentos são tão intrinsecamente embaraçados que seria desnaturado querer separar uma coisa da outra. Todas elas compõem o campo da significação e não uma significa e outra falsifica²⁹.

Essas considerações são importantes para a percepção do papel da imprensa num dos casos que mais nos interessam aqui: a formação das “ondas de crime”. Mark Fishman, em seu estudo sobre uma onda de crime contra idosos em Nova Iorque, constatou de saída os procedimentos de “auto-alimentação” entre veículos diversos: os telejornais da manhã fornecem idéias para suítes de edições vespertinas e noturnas e influenciam a pauta dos jornais impressos, que, por sua vez, têm na ronda do noticiário radiofônico uma recorrente fonte de informação³⁰.

Rejeitando as perspectivas de pesquisadores que tomavam o processo de produção do noticiário apenas como um processo de seleção de notícias - que, portanto, ou refletiriam ou distorceriam a realidade -, Fishman indaga-se até que ponto o processo de produção de notícias não estaria ajudando a criar essas ondas que os próprios jornais reportavam. Mas a principal preocupação do autor é com o poder de multiplicação das notícias, que geram mais notícias em cascata e efeitos práticos convenientes para a exploração

²⁹ Nicolau Sevcenko. “Fim da História”. *Atrator Estranho*, nº 19, São Paulo, NTC/ECA-USP, 1996.

³⁰ Mark Fishman. *Manufacturing news*. Austin, University of Texas Press, 1990. Citado em Sylvia Moretzsohn. *A velocidade como fetiche – o discurso jornalístico na era do “tempo real”*. Dissertação de mestrado em Comunicação. Niterói, UFF, 2000, cap. 2.

política: de acordo com a rotina das redações, as notícias são agrupadas em temas, “conceitos organizadores”, de modo que, no caso estudado, as matérias sobre idosos talvez não tivessem merecido atenção se editadas isoladamente, mas ganharam expressão quando noticiadas em conjunto. Logo se seguiria um efeito importante: o prefeito convoca uma coletiva para “declarar guerra” aos crimes contra idosos. Outra consequência: a criação de novos procedimentos de registro pela polícia, “o que tornou visível, para a imprensa, um grande número de ocorrências bastante comuns”.

Como uma onda de publicidade, [a onda de crimes contra idosos em Nova Iorque] concentrou a atenção do público num novo problema e ao mesmo tempo formulou o problema. A mídia foi ao mesmo tempo o meio pelo qual todo mundo em Nova Iorque “soube” da onda de crimes e o meio pelo qual ela foi montada. Os órgãos noticiosos criaram a onda, não no sentido de que inventaram os crimes, mas no sentido de que deram forma e conteúdo determinados a todos os incidentes que reportaram. Do trabalho jornalístico surgiu um fenômeno transcendendo os acontecimentos particulares que eram suas partes constitutivas. Uma onda de crimes é uma “coisa” na consciência pública que organiza a percepção do povo em relação a um aspecto de sua comunidade. Foi essa “coisa” que a mídia criou.

E criou também a sensação de medo, o que justifica medidas como pôr mais policiais nas ruas, criar novas leis, sonhar com a mudança para cidades do interior, etc. No entanto, diz ele, “a orientação política de monitorar de perto e reportar os crimes contra idosos havia sido projetada para um período de três meses apenas. Quando o mo-

nitoramento especial terminou, a cobertura morreu, e a onda de crimes acabou”³¹.

Os jornais dedicam eventualmente matérias especiais para “explicar” o fenômeno, no melhor estilo da “profecia auto-cumprida”: participam do processo e, em seguida, o denunciam. Foi o que ocorreu com a *Folha de S. Paulo*, que, numa edição do caderno Mais! – suplemento dominical destinado à extração mais intelectualizada de seu público –, mostrou as alterações do sentimento de medo do paulistano, em época de campanha eleitoral: após uma série de notícias sobre o “descalabro” da violência na cidade, a questão da segurança passou a ocupar o primeiro lugar na preocupação do público. Do ponto de vista estritamente funcional, o jornal sai ganhando: noticia a violência, noticia também a implicação que esse noticiário tem na percepção do público. O círculo se fecha perfeitamente, em um daqueles famosos “benefícios secundários do crime”: tudo é “notícia”. Mas não “esclarecimento” – porque, desse ponto de vista, seria necessária antes de mais nada uma avaliação sobre os critérios editoriais para o noticiário do dia-a-dia.

Menos sutil é a estratégia de manter o tema permanentemente na memória do público, dando-lhe, a título de bem-intencionado serviço, informações sobre as possibilidades de se proteger das várias formas de violência espalhadas pela cidade. O

³¹ Idem, *ibidem*. A propósito, Janio de Freitas aborda a questão num sentido diverso, mostrando como a imprensa amparou versões oficiais que um mínimo de checagem comprovaria serem insustentáveis, e que no entanto justificaram incursões policiais em favelas e a disseminação do medo num momento político delicado para o Rio de Janeiro, incentivando discursos a favor da intervenção federal no estado. Cf. Janio de Freitas, “As ondas do Rio”, art. cit.

site do *Estadão*, por exemplo, sustentou durante o ano de 2000 um quadro de impacto: a imagem de um marginal lombrosiano na pose clássica do preso recém-capturado (negro algemado tapando o rosto) à frente da silhueta de uma cidade sob nuvens pesadamente cinzentas, e sobre as quais se destacam as letras vermelhas da chamada: “VIO-LÊNCIA – a cidade com medo”. A página conduz a uma série de informações “úteis” para a “população” (isto é, o leitor de classe média) se defender – como agir no ponto de ônibus, no sinal de trânsito, no caixa eletrônico, etc., como se devêssemos ficar sempre alertas – e ligeiramente apavorados – porque estaríamos sob o risco permanente de um ataque em cada esquina.

Daí ser plenamente compreensível a manchete de página que o mesmo jornal publicou no dia 5 de dezembro de 2000, para informar sobre a fuga de um jovem criminoso da Febem: “Batoré fugiu. São Paulo está mais perigosa”.

Daí também o espanto do JB na capa de 13 de dezembro de 2001, aparentemente estranha à sua linha editorial, estampando foto colorida de dois presuntos estirados no asfalto, à beira do meio-fio, sob o sol: pés descalços de um lado, chinelos do outro, diante das botas de um policial em primeiro plano. “Cadáveres desovados no Aterro”, o título da matéria, tem sentido dúbio: sugere a escolha de um local nobre para a “desova” de pessoas mortas em outro lugar, quando se tratava de dois rapazes que tentaram assaltar um ônibus e foram mortos a tiros por um passageiro, que logo fez o motorista parar para livrar-se dos bandidos. A legenda completa o escândalo: “Um corpo estendido à luz do dia no asfalto do Flamengo avisa que a violência não respeita hora nem lugar”. Pois, como

é óbvio, violência tem hora e principalmente lugar: os ambientes ermos e mal-iluminados da periferia.

6 Delimitando espaços: favela/periferia como locus do mal

Opera-se aí uma clara delimitação de espaços, onde, como nota Vera Malaguti Batista, “aparecem os zoneamentos hierárquicos da cidade, as visões da favela como *locus* do mal, como dissolutora de fronteiras a transbordar para a ‘cidade legal’”³². A famosa Operação Rio, em fins de 1994, é um dos exemplos mais bem acabados dessa divisão: à parte a especificidade da conjuntura política (intervenção federal no Rio devido à suposta perda de controle sobre a violência por parte de um governo jamais aceito pelo poder central), importam os canhões dos tanques apontados para os morros, culminando com a imagem-símbolo mais evidente – a retirada, pelo exército, do cruzeiro que iluminava o topo de uma favela, erguido supostamente a mando de traficantes, e sua substituição pela bandeira do Brasil, uma cena que evocava a tomada de Monte Castelo durante a Segunda Guerra Mundial.

No varejo da cobertura cotidiana, poucos exemplos serão tão claros quanto o da capa do *Globo* de 21 de outubro de 2000: “Favelas levam violência ao Centro e Copacabana – ônibus são destruídos, carros apedrejados e motorista escapa de linchamento”, manchete e subtítulo sobre duas fotos atestando o conflito informado por legendas descritivas: “Com um tijolo na mão, moradora do Morro da Providência ameaça um oficial

³² Vera Malaguti Batista. art. cit.

da PM que tentava controlar o tumulto no Centro” e “Na Avenida Atlântica, morador do Morro do Cantagalo usa pá para atacar o carro de um professor que atropelou um menor”. Na longa chamada, o relato de um clima de guerra:

Duas regiões do Rio ficaram sitiadas ontem após a explosão de violência de moradores de dois morros. Em Copacabana, cerca de cem moradores do Cantagalo provocaram um grande tumulto ao descerem para a Avenida Atlântica, na altura do Posto 5, e tentarem linchar o professor Bruno Rabin, de 25 anos, que havia atropelado André Luiz Faustino de Oliveira, de 12 anos, deficiente auditivo. Apesar de o sargento Lyrio, do 19º BPM, que testemunhou o acidente, ter inocentado o professor ao afirmar que o menino atravessou na frente do carro, os moradores da favela depredaram o Escort de Bruno, usando inclusive uma pá. Sob ameaça de espancamento, Bruno precisou ser retirado do local por PMs.

No Centro, a violência foi ainda maior. Moradores do Morro da Providência levaram pânico a quem passava pelo Viaduto São Sebastião, uma das principais vias da cidade, ao incendiarem um ônibus e apedrejarem outros três num protesto – segundo a polícia, organizado por traficantes – contra uma operação policial que resultou na morte de Isaías dos Santos, de 22 anos, acusado de ter assaltado um supermercado. Carros também foram apedrejados e vários motoristas, assustados, fugiram na contramão ou abandonaram os veículos. O viaduto e duas ruas próximas ficaram interditados por mais de quatro horas, o que provocou engarrafamentos por todo o Centro do Rio. Mais de cem policiais invadiram o morro e trocaram tiros com traficantes.

O morro é assim como um acidente da na-

tureza: está ali na geografia da cidade e de repente, sem qualquer justificativa, explode, inesperadamente, e agride a tranquilidade de quem passa. Protestos contra a polícia jamais são legítimos, são sempre orquestrados por traficantes: o jornal encampa essa versão, embora tenha seu álibi conveniente, pois dedica um pequeno texto em página interna para, através da fala de antropólogos (os especialistas do “saber competente”), questionar essa explicação. Como sempre, cabe ao leitor concluir, mas a ênfase escolhida e a maneira pela qual o material foi editado já indicam um sentido para essa conclusão.

Tampouco se justificaria tamanha reação contra um cidadão de bem (professor, jovem, branco, proprietário de carro) que involuntariamente atropelou um menino surdo (ou melhor, deficiente auditivo: o jornal lhe concede essa delicadeza) e imprudente a ponto de não olhar para os lados ao atravessar a rua. Ocorre que o menino morreu na hora, mas esta informação não está na chamada de capa, e também passa longe de manchete, antetítulo e subtítulo da matéria de página inteira, no corpo do jornal: figura apenas no fim do sublead. E apenas no sétimo parágrafo sabemos que o rapaz “foi lançado a aproximadamente 25 metros de distância, passou por cima da ciclovia e bateu com a cabeça no calçadão”.

Outro exemplo notável foi o que o mesmo jornal publicou em 11 de março de 2001, na primeira de uma série de três reportagens sobre a providência que a classe média apavorada da Zona Sul estava tomando para se prevenir contra assaltos e outras surpresas, contratando a segurança de jovens das favelas próximas. A ênfase evidente na produção de sentido está na foto assustadora: sete rapazes musculosos e carecas em posição de

combate, bermuda larga e chinelos, negros-escurecidos pela sombra da foto contra a luz que só revela os contornos, Pão de Açúcar ao fundo, e suas próprias sombras enormes, fantasmas refletidos no chão: “A segurança que vem da favela”, manchete da página, só pode ser uma ameaça.

O texto procura ser objetivo: informa as providências, apresenta depoimentos a favor e contra, ouve “especialistas” (sobre cuja fala, evidentemente, recai a conclusão desejável).

Moradores de bairros nobres da zona sul da cidade recorrendo aos serviços irregulares de favelados. A antropóloga Alba Zaluar não deixa por menos: “com essa proposta de segurança, o tráfico garantiria os moradores do morro e do asfalto. A proposta é tomar o Estado dentro do próprio Estado. Eles são mais sutis que os mafiosos”.

A associação é imediata: morador do morro, portanto traficante. O jornal garante que todos os “seguranças” têm ficha limpa. Adianta pedir desculpas?

No dia seguinte, a repercussão: “Segurança sob investigação”. O coronel Lenine de Freitas, subsecretário operacional de Segurança Pública, está atento: vai abrir inquérito para investigar o serviço feito por moradores de favelas e, “assim que leu a reportagem”, ordenou maior patrulhamento nas áreas informadas - Copacabana, Gávea e Tijuca.

Mais um dia e o resultado na foto de capa: “O segurança Rogério Fidélis é preso: ele estava patrulhando ilegalmente uma rua a cerca de 200 metros do quartel do 23º BPM”. Dupla vitória: eliminação dos “favelados clandestinos”, acusação de incompetência da polícia.

Mas não é a incompetência da polícia que

leva a recorrer aos “favelados clandestinos”?

Rogério Fidélis havia de conhecer garotos que circulavam pelas redondezas. Podia ser um “tio” a dissuadi-los de qualquer má intenção. Foi preso, como tantos outros naquele dia. E a classe média continuou apavorada³³.

A “onda do arrastão” nas praias do Rio de Janeiro, em 1992, mereceu estudo detalhado que reitera e amplia as fronteiras entre a “cidade legal” e a periferia. Amparado na teoria da análise de discurso, Kleber Mendonça demonstrou como jornais e revistas produziram diferentes sentidos (mas todos num mesmo “sentido” de reiteração de estereótipos) ao tratarem do tema, vinculando o arrastão ao *funk*, à segregação racial e à produção do medo social. Um trecho de matéria da *Veja* de 18 de outubro de 1992 é exemplar:

“Da zona sul, a classe média alta partiu de carro para os recantos mais distantes em direção ao norte, para Cabo Frio, e ao sul, para a Barra da Tijuca. No contrafluxo, ônibus começaram a despejar nas praias (...) moradores de bairros distantes das zonas norte e oeste e dos subúrbios do Rio”³⁴.

(...)

Enquanto a classe média alta partia, os suburbanos eram despejados pelos ônibus. No dicionário de Aurélio Buarque: despejo – aquilo que se despeja, lixo, dejeção. O sentido aqui produzido não é de qualquer lixo, mas de um lixo social: uma camada

³³ Sylvia Moretzsohn. “A segurança da favela e a classe média apavorada”, in *www.anf.org.br*, março de 2001.

³⁴ Kleber Mendonça. “A onda do arrastão”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, ano 4, nº 7-8, 1º e 2º semestres de 1999, p. 271.

da sociedade considerada não aproveitável e, portanto, incômoda e desnecessária para o corpo social hegemônico³⁵.

O autor ressalta ainda uma estratégia discursiva muito comum e sutil para atribuir ao outro a autoria exclusiva da fala: o uso das aspas. Comumente visto como uma referência para atestar a fidelidade do que é dito, este recurso é também uma forma de ocultamento. Assim, a mesma revista relata o espanto de uma dona de casa que passeava com a filha e alguns amigos no calçadão de Copacabana quando *deu de frente com o pessoal do subúrbio*³⁶: “Era um bando mal-encarado de gente escura, pobre e mal-vestida”.

Ao valer-se do recurso de aspear o discurso direto, a revista não diz diretamente o preconceito. Apropria-se da voz da entrevistada, num processo aparente de ocultamento. Essa apropriação, ao mesmo tempo que permite o ocultamento, dá lugar a um distanciamento no espaço da discursividade: a revista não “opina”, reproduz a voz da dona de casa. Assim, produz um sentido se eximindo da responsabilidade de ter de responder por essa declaração polêmica³⁷.

Mendonça comprova o preconceito “disfarçado” pelo aspeamento do discurso direto ao citar o trecho seguinte da reportagem, quando a dona de casa declara sua decisão de passar a frequentar praias mais distantes, na Região dos Lagos. A revista identifica aí “a rota migratória dos fins de semana que ainda vai acabar levando garotas de Ipanema e princesinhas de Copacabana a banhar-se em Vitória, num extremo, e Guarujá, no outro”. O prognóstico sombrio é notável na

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Grifamos o texto correspondente ao original da reportagem.

³⁷ Mendonça. op. cit, p. 272.

associação de imagens: a evasão dos tradicionais frequentadores é uma perda para as belezas naturais do Rio, infestadas agora por aquele bando da periferia. Gente escura, pobre e mal-vestida. Gente feia, deseducada e mal-cheirosa. A violência é também estética.

Nem se diga que este é um caso isolado, próprio de uma revista caracterizada pelo estilo editorializado, de recurso frequente a metáforas fáceis e de gosto no mínimo duvidoso. Não apenas a análise em questão abrange outras publicações como o mesmo recurso pode ser visto, sem grande esforço, em matérias realizadas em outra época, por outros jornais, mas com o mesmo sentido. Em 3 de fevereiro de 2000, por exemplo, o JB deu em manchete de página: “Praia limpa, só no inverno”. O texto principal é sobre o combate às línguas negras nas praias da zona sul, mas as fotos, que ocupam meia página, são todas de desabrigados que vivem na areia. Um sutil e quase imperceptível recurso gráfico (um fio ao redor desse bloco noticioso) vincula essas imagens à segunda reportagem da mesma página (“Condomínio dos moradores de areia”), mas a associação é inevitável: aquelas pessoas fazem parte do lixo – ou, talvez, são o principal lixo que a prefeitura deve eliminar, junto com as línguas negras.

Sem contar que o texto da matéria referente a esses personagens é um primor de lugares-comuns antitéticos entre a beleza do Rio e a feiúra dos intrusos, que ali se estabeleceram “para o desespero de frequentadores e comerciantes da orla”. A matéria opõe “o cenário mundialmente famoso graças à música de Tom Jobim” ao “exército de catadores de lata”, a “princesinha do mar” ao “quinhão de moradores que dependem do alumínio para sobreviver”³⁸.

³⁸ Sylvia Moretzsohn. *Jornalismo em “tempo*

Mas a ironia começa na capa: a foto colorida de um homem, aparentemente um mendigo, sentado sob um coqueiro, à noite, diante do mar, leva um título que faz graça com a nobreza improvável: “Vieira Souto, nº 1”. A legenda vai no mesmo tom, insinuando o abuso dos invasores indesejáveis contra quem paga impostos: “sem se preocupar com IPTU, uma legião de sem-teto (...) mora na praia”. E a chamada de capa inverte a ordem de importância definida na página interna: “Lado ímpar da orla vira área residencial”. O texto é exemplar: “As praias da zona sul não são ocupadas só por palcos e língua negras de esgoto. São também casas para um grande contingente de sem-teto que vive sob os coqueiros. O mesmo lixo que incomoda os banhistas é a principal fonte de renda desses moradores da areia, que ganham a vida como catadores de latas. Depois de empurrar um para o outro a responsabilidade pelas línguas negras na orla da cidade, a prefeitura e o estado anunciaram que vão trabalhar em conjunto para resolver o problema”.

O mesmo “problema” (do lixo humano, não da poluição orgânica) aparece em matéria do *Globo* de 18 de abril de 2001: “Mais bossa no degradado Beco das Garrafas” é a manchete da reportagem que fala sobre o projeto de revitalização do “famoso reduto boêmio” de Copacabana. Na foto, uma mulher caminha sob o sol, falando ao celular, passando por um mendigo dormindo. Legenda: “À luz do dia, um mendigo dorme num banco do calçadão de Copacabana: a população de rua é um dos principais problemas do bairro”.

E assim vão se consolidando as metáfo-

real”: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro, Revan, 2002, p. 90.

ras biológicas do discurso higienista, que expressam a naturalização dos conflitos sociais, simplificados a partir de estereótipos (“bandidos” versus “cidadãos de bem”) que reproduzem o senso comum a respeito e deixam ileso a estrutura radicalmente segregadora e violenta da própria sociedade que produz o crime e a exclusão. Mesmo o lazer dos subalternos é criminalizado: os bailes *funk* são notícia sempre que registram algum incidente mais grave, ou envolvem alguma perversão. Verdadeira ou não, e nem mesmo verossímil, pouco importa: pois, em março de 2001, os jornais noticiaram o grande escândalo das jovens menores de idade que estariam engravidando naqueles bailes, em consequência da dança do “trenzinho”. Tudo a partir de uma denúncia do então secretário municipal de Saúde, Sérgio Arouca, que se declarava preocupado não com a moral, mas com a questão sanitária: a possibilidade de contraírem doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a Aids, tendo em vista que a tal dança propiciava conjunções carnavais com vários parceiros.

A denúncia teve por base relatos das próprias moças, e em momento algum ocorreu a nenhum jornal imaginar que se poderia tratar de uma estratégia banal para encobrir da família a paternidade de uma gravidez inesperada, ou o alibi moralmente redentor do estupro. Ao contrário, deu-se crédito automático à palavra da autoridade. As consequências eram previsíveis: declarações indignadas condenando a depravação daquelas festas, mandados judiciais expedidos para que, na saborosa expressão de Nilo Batista, “a polícia trate de intervir nos bailes e impor entre os alegres vagões do ‘trenzinho’ uma distância compatível com os elevados padrões morais de nossa sociedade”. Sem conseguir

comprovar a denúncia, as diligências lograram apenas o óbvio, flagrando adolescentes ingerindo bebida alcoólica.

Pode perfeitamente ter ocorrido que alguma(s) adolescente(s) tenha(m) se engravidado em bailes *funk*. Será uma novidade? Quantas moças brancas de classe média não se engravidaram em boates e discotecas? Ocorre que o secretário de saúde só dispõe de poderes para intervir e pronunciar-se sobre a gravidez das meninas pobres, que a relatarão em postos de saúde municipal, e não em clínicas de Botafogo. Admitamos que o secretário tenha de boa fé acreditado na versão que tornou pública, certamente com autorização de sua(s) cliente(s), cuja identidade preservada se revelaria na originalidade do caso, pelo menos nos limites da vizinhança. Sua iniciativa teve como resultado visível alavancar repressão penal sobre todos os participantes de todos os bailes *funk*. E aí aprendemos que, na prática, a saúde e o lazer dos pobres continuam sendo em nossa cidade um caso de polícia.

(...) No Rio de Janeiro, o lazer dos pobres sempre foi criminalizado, desde os tempos do Vidigal, e a saúde pública constituiu historicamente um grande pretexto para remoções e vigilância, dando surgimento às metáforas da “insalubridade social”. Parece que nada mudou³⁹.

O painel fornecido até aqui é coerente com a análise que, uma vez mais, Nilo Batista empreende, ao sublinhar que no modelo neoliberal “o foco do controle social penal se desloca das chamadas ‘classes perigosas’ para os ‘excluídos’, para essa legião de pessoas humanas que se defrontaram com as grades intransponíveis que a ra-

³⁹ Nilo Batista. “Nada mudou”, in *www.anf.org.br*, março de 2001.

cionalidade do mercado construiu ao redor do alegre condomínio no qual residem as novas acumulações de riqueza”⁴⁰. Trata-se, segundo o autor, de “minar os campos por onde se movimentam os excluídos, para que a cada passo mais afoito exploda-lhes um delito aos pés”⁴¹.

A campanha de “Tolerância Zero”, que começou em Nova Iorque e rapidamente ganhou o mundo na segunda metade da década de 90, teve enorme repercussão na mídia e é o exemplo recente mais bem acabado dessa política, resumida com clareza numa declaração do então chefe de polícia daquela cidade: “Em Nova Iorque sabemos onde está o inimigo”.

Estes inimigos seriam os “*squeegee men*”, os sem-teto que abordam os motoristas nos sinais para lavar os pára-brisas por uns trocados ([o prefeito] Giuliani tinha feito deles o símbolo desprezível do declínio social e moral da cidade durante sua campanha eleitoral vitoriosa em 1993 e a imprensa popular os assimila abertamente a vermes: “*squeegee pests*”), os pequenos revendedores de droga, as prostitutas, os mendigos, os vagabundos e os grafiteiros. Em resumo, o subproletariado que vive do mercado informal e representa uma ameaça. Este é o alvo prioritário da política de “tolerância zero”, cujo objetivo anunciado é o restabelecimento da qualidade de vida dos nova-iorquinos, pois estes, sim, sabem se comportar em público: as classes médias e altas, as que ainda votam⁴².

⁴⁰ Nilo Batista. “A violência do Estado e os aparelhos policiais”, art. cit., p. 147.

⁴¹ Idem, p.152-3.

⁴² Loïc Wacquant. “A globalização da Tolerância Zero”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, ano 5, nº 9-10. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1º e 2º semestres de 2000, p. 112.

Trata-se, portanto, como o nome indica, de aplicar a lei ao pé da letra, “com uma intransigência sem falhas, reprimindo todas as menores infrações cometidas na via pública, de maneira a restaurar o sentimento de ordem e forçar os membros das classes inferiores a ‘moralizar’ seu comportamento”⁴³. Ressuscitando a “teoria da janela quebrada”, segundo a qual os pequenos delitos são a porta de entrada para os maiores – e por isso devem ser reprimidos com igual rigor –, a campanha foi um sucesso de mídia, pois o que se destacava era a defesa da “qualidade de vida”, contra o quê ninguém, em sã consciência, poderia se opor. Assim, escondiam-se as origens e o propósito da campanha, iniciada no princípio dos anos 80. Loïc Wacquant aponta a articulação entre o trabalho de uma rede de “*think tanks* neoconservadores” na Costa Leste dos Estados Unidos e as atividades de pesquisadores, jornalistas e políticos para justificar e divulgar a campanha, “visando solapar a legitimidade do Estado do bem-estar e substituí-lo, nas camadas inferiores da pirâmide social, por um Estado do mal-estar capaz de ‘enquadrar’ os segmentos da classe operária hostis à nova cultura do salário precário e de neutralizar os que se revelam por demais rebeldes”.

De Nova Iorque a doutrina da “tolerância zero” vai se propagar pelo globo com uma rapidez estonteante e com ela a retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público. Esta doutrina é o instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda - a que se vê, a que causa incidentes e problemas no espaço público, alimentando assim um sentimento difuso de insegurança ou mesmo simplesmente de tenaz incômodo e de inconveniência. Facilitando o amálgama com

a imigração, os delinquentes (reais ou imaginários), os sem-teto, os mendigos e outros marginais são assimilados como *invasores estrangeiros*, elementos alógenos que devem ser expurgados do corpo social, o que acaba trazendo resultados eleitorais positivos nos países varridos por fortes correntes xenófobas⁴⁴.

7 Apresentando o “outro lado”: o crime e a exclusão como “problema social”

O quadro exposto até aqui pode sugerir que a grande imprensa adota uma única estratégia discursiva, voltada para o apelo à adoção de políticas repressivas na área da segurança pública e, por extensão, para um controle mais rigoroso dos marginalizados. No entanto, é fácil perceber a existência de um outro discurso, que vai aparentemente em sentido contrário ao da repressão: um discurso benevolente, de cunho “social”, que procura entender e justificar o crime como expressão de múltiplas carências e propõe soluções supostamente simples e óbvias, baseadas na boa fé e na boa vontade. Pretendemos demonstrar que esse outro discurso, longe de contestar o primeiro, lhe é complementar, e faz parte da mesma matriz positivista segundo a qual a grande imprensa trabalha.

Assim, os inúmeros exemplos fornecidos até aqui dão conta de um tratamento impiedoso em relação aos excluídos: são bandidos bárbaros (portanto, não-humanos), são indigentes, escória, lixo a ser removido. Mas há também um “outro lado”, tão simplificador quanto o primeiro. Tomemos o caso do ônibus 174: Sandro do Nascimento, o rapaz ne-

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, p. 113.

gro, feio, mal vestido e desdentado, foi flagrado por um transeunte que o viu armado e denunciou o fato à polícia. Acuado, em vez de se entregar, o rapaz tomou uma passageira como refém e se tornou um sequestrador. Os jornais do dia seguinte falavam em “bandido sanguinário e frio”, “visivelmente drogado”. No entanto, talvez pelo comportamento de uma jovem passageira que se tornou a heroína da semana ao dialogar com o sequestrador e tentar acalmá-lo apelando para a imagem do homem “produto do meio” (“Sabe quem é a maior vítima dessa situação? Você”), talvez porque o rapaz tivesse uma história trágica (era um dos sobreviventes do famoso massacre da Candelária, em 1993), surgiu paralelamente o discurso do bandido como “vítima da sociedade”. A ponto de a revista *Época* estampar na capa a foto de um dos momentos dramáticos do sequestro com o título “Passageiros do horror: numa redação escolar e num diário pessoal, Sandro do Nascimento e Geisa Gonçalves, os protagonistas do seqüestro ao ônibus da linha 174, relatam o que esperavam da vida. O encontro dos dois na segunda-feira 12 foi obra de um acaso que terminou em tragédia”⁴⁵.

Nas páginas internas, a “Tragédia brasileira”: “Trechos do diário de Geisa e uma redação escrita por Sandro aos 13 anos revelam o que esperavam da vida os dois mortos no sequestro do ônibus da Linha 174”. Ambos são igualados na condição de vítimas. O texto se derrama pelas páginas, lacrimogêneo, trabalhando o paralelismo que reforça o nivelamento dos personagens, começando pela descrição do dia em que o destino os levaria a “se encontrarem para revelar os de-

sencontros de um país marcado por contradições sociais”:

Sandro do Nascimento acordou às 9 horas na manhã de 12 de junho. Atravessara a madrugada daquela segunda-feira dormindo sob o viaduto do Catumbi, bairro do Rio de Janeiro cercado por um anel de favelas. Geisa Gonçalves despertou pouco antes das 5 horas, fiel à rotina seguida na Vila Vermelha, localizada na parte alta da Rocinha, a maior favela da cidade. Ali, numa das tantas vielas úmidas e escuras, morava Geisa. Sandro tinha brigado com a namorada de 20 anos, com quem vinha dividindo o cobertor marrom. Ela se aborrecera na noite de domingo ao ver Sandro descer, drogado, o Morro da Mineira. “Ele pegou R\$ 150 e gastou tudo em pó”, conta a jovem. O namorado irritou-se. “Eu me amarro na sua, mas minha mina é a coca”, retrucou. No jargão do morro, “mina” é mulher.

(...)

Poucas horas antes, estremunhada, Geisa despedira-se do marido, que saía rumo ao Jockey Club, onde trabalha como cavaleiro. Era apaixonada por Alexandre, personagem central do diário que abrigava seus sonhos e decepções. “Perto dele sou criança e mulher numa só”, escreveu, num trecho em que faz uma descrição minuciosa do amor de sua vida.

São muitas, aliás, as referências ao diário de Geisa, que buscam o evidente contraste emocional entre a esperança da moça e o seu destino trágico.

“Estou viajando para o Rio de Janeiro. Estou indo ao encontro da minha felicidade”, escreveu em 21 de maio de 1999. Ao embarcar em Fortaleza, no Ceará, virou-se para a irmã e disse 11 palavras dramaticamente premonitórias. “Vou ficar famosa no Rio.

⁴⁵ *Época*, nº 109, 19 de junho de 2000.

Vocês vão me ver na TV”. Era só um sonho. Seria um pesadelo. O último. Chegando ao Rio, Geisa foi morar na Rocinha. Ao contrário dos brasileiros que vêem as favelas apenas como cenário do desfile de tragédias do noticiário policial, ela se encantou. “Estou morando na Rocinha, mas muito feliz”, confidenciou ao diário.

Quanto aos sonhos de Sandro, porém, a promessa do título não se cumpre: há apenas duas singelas frases retiradas de uma redação feita aos 13 anos (“Eles não são animais não. São crianças indefesas sem nenhuma riqueza”) e o comentário de sua então professora, a pedagoga Lígia Costa Leite: “Desde os 7 anos ele lutava para não morrer. O extermínio virou política social no Brasil”.

Houve, é certo, pelo menos dois exemplos que evitaram a simplificação. Ambos no JB: um rememorava a história dos sobreviventes do massacre (“Uma chacina que dura sete anos”, na edição de 19 de junho de 2000, manchete da página 18, com chamada de capa que apresenta duas fotos de Sandro, aos 14 e aos 21 anos, sob o título “Marcados para morrer”); outro, no dia 21, um pequeno quadro com foto de um grupo de quatro rapazes pobres, intitulado “Sandro na PUC”, expõe a precariedade das possibilidades de integração de jovens marginalizados, a fragilidade dos laços entre eles e quem deseja ajudá-los: o breve período em que aqueles jovens tiveram a oportunidade de participar de um programa comunitário promovido pela PUC, através da prática da capoeira.

Os meninos participaram apenas um ano e meio, de meados de 93 até o final de 94. Sandro, porém, se desligou do grupo antes e nunca mais foi visto. Nessa época, ele foi preso traficando drogas e ficou internado durante seis meses no Instituto Padre Severino. Depois, seguiram-se assaltos e prisões

que resultaram em mais cinco anos de condenação na Justiça. Foragido, Sandro voltou a viver nas ruas e se afastou dos amigos.

No contexto geral da cobertura, porém, o que ficou foi essa oscilação entre o retrato de um bárbaro e o desenho de uma vítima do sistema, ambos vivendo na mesma pessoa. A outra ênfase recaiu sobre a condenação da incompetência da polícia – que mereceria análise à parte, pois se baseia na mesma simplificação –, mas disso não vamos tratar aqui.

Outro exemplo clássico nesse movimento pendular é o do tratamento dado a crianças e adolescentes marginalizados. Em meio a inúmeras matérias que sublinham o perigo representado por menores delinquentes (“Batoré fugiu. São Paulo está mais perigosa”) e carregam argumentos para o apelo a mais repressão (a redução da idade para imputabilidade penal, por exemplo), surgem textos que tratam esses menores piedosamente, como crianças inocentes. O então diretor de redação do JB, Fritz Utzeri, escolheu o Dia das Mães de 2000 para escrever um artigo melodramático sobre um menino que dormia ao relento num calçadão da orla da Zona Sul, na manhã de um dia radioso, entre jovens atléticos que desfilavam roupas esportivas e faziam suas caminhadas sem lhe dar atenção. A foto do menino encolhido no cobertor sujo ocupava a capa e a contracapa da edição de 15 de maio. É notável ainda que, no dia seguinte à publicação do texto, o jornal tenha desejado sair à cata daquele menino, como se fosse possível encontrá-lo entre tantos outros e, principalmente, como se a história dele fosse diferente da de tantos outros; enfim, como se aquela situação particular fizesse alguma diferença – a não ser para o próprio jornal sublinhar seu lado humanitário: quem sabe, a partir daquela história comovente, não surgiria alguma boa alma para

adotar o menino que dormia “o triste sono sem mãe”?

Na manhã fria de Ipanema, o menino dorme um sono profundo. Estaria sonhando? Enrolado numa manta, encolhido para proteger-se do frio, falta algo àquele menino sem nome no dia de festa. O Dia das Mães. Quem será a mãe do menino? Por que não estão juntos nesse dia como tantos filhos e tantas mães, de todas as idades, que brincam na praia e fazem grandes filas em churrascarias, exibindo presentes? Como ele, centenas de meninos, milhares de meninos, em todo o Brasil, não tiveram a alegria de ver as mães em seu dia.

Dorme o menino, alheio a trabalhos de especialistas que registram aumento do consumo de cola de sapateiro entre os menores de rua nesses dias de festa. A droga-cola, que alivia, ajuda a fugir do triste dia-a-dia e acaba por matar.

O que esperar desse menino que dorme? O que cobrar dele mais tarde? Provavelmente a sociedade lhe reserva repulsa e repressão e, se tiver sorte, chegará a ser um adulto. Que tipo de adulto? Inocente e indefeso, dorme o menino. Está só, todos passamos indiferentes por ele quando o vemos em sinais, vendendo doces, limpando vidros, pedindo esmola.

Por que tem que ser assim? Que tipo de vida e de sociedade leva uma mãe a abandonar sua cria à própria sorte? Nem os animais fazem isso, mas as circunstâncias, muitas vezes, obrigam o ser humano a ser mais insensível do que os bichos. O que vamos fazer todos, a começar pelo governo das estatísticas sem alma? Esse menino não seria consequência de um modo de conduzir a sociedade? Não seria melhor que os políticos e governantes prestassem mais atenção nele e na legião de sem-mãe que assolam nossas ruas? E nós, o que vamos fazer a respeito?

Não seria a hora de, pelo menos no Dia das Mães, pensar um pouco a respeito disso?

Dorme o menino, na frieza dura da pedra, e se pudesse sonhar, sonharia com o calor macio do regaço materno, com uma canção de ninar, cheia de carinho. Dorme o menino, dorme com frio...⁴⁶

O que “nós” (a imprensa, no caso) poderíamos fazer a respeito seria, de saída, mudar o foco da cobertura. Pois esse mesmo menino andrajoso frequenta sistematicamente a capa dos mesmos jornais, flagrado em sequências de fotos que testemunham pequenos furtos nas praças movimentadas da cidade, nos sinais de trânsito, nos calçadões à beira-mar, ou perambula em grupos de maltrapilhos cheirando cola, jogados ao léu. Essa configuração cotidiana não deixa dúvidas sobre quem ele é: um perigo para a sociedade. No entanto, o discurso oscila: num mar de repressão, espasmos de humanitarismo também centrados na figura do infrator, momentaneamente encarado como vítima.

Devemos ter pena ou medo deles? Devemos ampará-los a ponto de adotá-los em nossas casas ou ranger os dentes, cerrar os punhos e bradar pelo seu extermínio?

Essa dualidade simplificadora não é apenas resultado de alguma falha na formação do jornalista, ou de uma incapacidade de apreender as questões sociais em sua complexidade: faz parte da própria maneira pela qual a imprensa se organiza como empresa, envolvendo as rotinas de produção e a necessidade de cumprir prazos cada vez mais exíguos. Começa com o círculo vicioso formado pelo recurso às mesmas fontes, abordado por Gans com ironia – numa demons-

⁴⁶ Fritz Utzeri. “O triste sono sem mãe”. *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 2000.

tração dos motivos pelos quais “tudo o que rompe o ronron tem todas as chances de não ser percebido”:

A relutância em contactar outras pessoas que não as fontes oficiais e familiares não deveria nos espantar. Os sempre apressados repórteres não têm tempo para desenvolver um relacionamento com fontes não familiares e nem seguir a rotina que transforma desconhecidos em informantes. (...) As fontes não familiares podem fornecer informações não passíveis de avaliação, o que gera insegurança. E, sobretudo, *as fontes não familiares podem fornecer informações novas ou contraditórias que atrapalhem a capacidade dos repórteres para generalizar e resumir*. Todos os jornalistas têm que se apoiar numa base de dados de número limitado para não serem inundados por um volume de informação maior daquele que podem rapidamente processar e adaptar ao limitado tempo de transmissão ou ao limitado espaço de impressão [do jornal]⁴⁷.

E se completa com a argumentação de Schudson a respeito da dualidade sobre a qual a imprensa opera:

Isto é o que a imprensa realiza melhor: matérias *adequadas*, que têm antecipadamente seus pontos finais, e cujos pontos finais resultam de possibilidades simples, binárias - a eleição ou o jogo será ganho ou perdido, o índice Dow-Jones vai subir ou descer, o acusado será julgado culpado ou inocente, o criminoso foi preso ou está à solta, o paciente sobrevive ou morre, a criança está desaparecida ou foi encontrada. Temas mais complexos do que estes - o orçamento, por exemplo -, se devem ser cobertos com eficiência, são traduzidos em oposições binárias

do tipo: o presidente vai sair vitorioso ou será derrotado pelo Congresso⁴⁸.

Cabe ressaltar, porém, que não são os temas que são simples ou não; a rigor, todas as notícias poderiam ser exploradas em sua complexidade. Fatos criminais, jornalísticos por excelência - pois representam o desvio mais ou menos violento à norma - poderiam ser abordados no seu potencial crítico a essa mesma norma, pois “o desviante não é aquele que lê a norma diferentemente, mas é o que lê na norma aquilo que ela quer ocultar”⁴⁹. Mas para isso a imprensa precisaria estar assentada em outras bases.

8 Propondo “soluções”: o social como coisa simples

No já referido estudo sobre a “questão social” – grave questão resultante das contradições entre capital e trabalho –, Gisálio Cerqueira Filho demonstra como as oscilações no tratamento do tema (caso de polícia/caso de política), desde o não-reconhecimento, na República Velha, até a legitimação, após a Revolução de 30, se deu sempre através da mesma fundamentação positivista ocultadora dos conflitos, orientada sempre por uma teoria da integração social. A estratégia discursiva é, claro, converter o ideológico em “natural”. Assim, a própria legitimação da questão se dará nos termos da reiteração do mito do Brasil como “um país especial, *sui generis*, onde não cabem a violência, o conflito social, que são atribuídos a outros povos”⁵⁰: assim, em toda parte a “questão social” é grave e inquietadora; aqui, ela pode

⁴⁸ Schudson, op. cit., p. 99. Grifo nosso.

⁴⁹ Antonio A. Serra. op. cit., p. 23.

⁵⁰ Gisálio Cerqueira Filho, op. cit, p. 119.

⁴⁷ Gans. op. cit. Grifos nossos.

ser “reconhecida” exatamente porque não representa perigo – ao contrário, expressa a harmonia entre capital e trabalho⁵¹.

Essa teoria da integração social é “um dos marcos fundamentais em torno dos quais se constrói o discurso político dominante sobre a ‘questão social’”.

Portanto, o discurso político dominante sobre a “questão social” é o discurso político do capital, adaptado às condições conjunturais da formação histórica brasileira. Vale dizer, calcado no autoritarismo e na conciliação, isto é, no paternalismo⁵².

A análise tem como foco central a relação entre Estado e sindicatos, a legislação trabalhista como “outorga” e não como resultado das tensões entre as classes, etc., mas se aplica igualmente à maneira pela qual o discurso dominante enquadra os subprodutos da relação capital/trabalho: a questão criminal e a periferia, os marginalizados em geral.

Some-se a isso a crítica de Jock Young à “criminologia cosmética” e ao social como “coisa simples”, e teremos instrumentos para avaliar esse outro eixo da cobertura destinada aos fatos criminais e aos excluídos.

A falácia cosmética concebe a criminalidade como um problema superficial da sociedade, tópico, que pode ser tratado com a aplicação do unguento apropriado, e não como uma doença crônica da sociedade como um todo. Esta atitude engendra uma criminologia cosmética, que vê a criminalidade como uma mancha passível de ser removida com o tratamento apropriado do corpo, que, sem ela, é saudável e tem pouca necessidade de reconstrução. Esta criminologia (...) prefere soluções técnicas, segmentárias. Por isto ela inverte a causalidade:

“a criminalidade causa problemas para a sociedade”, em vez de “a sociedade causa o problema da criminalidade”⁵³.

Tal é a inversão que permite, segundo o autor, a demonização de partes da sociedade:

Em vez de se reconhecer que temos problemas na sociedade por causa do núcleo básico de contradições na ordem social, afirma-se que todos os problemas da sociedade são devidos aos próprios problemas. Basta livrar-se dos problemas e a sociedade estará, *ipso facto*, livre deles! Assim, em vez de sugerir, por exemplo, que grande parte do uso deletério de alto risco de drogas é causado por problemas de desigualdade e exclusão, sugere-se que, se nos livrarmos deste uso de drogas (“diga não”, trancafiem os traficantes), não teremos mais nenhum problema. A solução torna-se então entronizar potentados como czares do combate antidrogas, na perspectiva de eliminar o problema da sociedade, como se fosse um problema cosmético e não da estrutura e dos valores interiores da própria sociedade⁵⁴.

A segunda falácia, segundo Young, “gira em torno da idéia amplamente aceita de que o mundo social é uma estrutura relativamente simples, em que taxas de diferentes eventos sociais (e.g. casamentos, suicídios, greves, crimes) podem ser relacionados com mudanças estreitamente delineadas em outras partes da estrutura”. O autor mostra como essa simplificação adapta-se perfeitamente à rotina de trabalho da imprensa:

⁵³ Jock Young. *A sociedade excludente – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2003, p. 191.

⁵⁴ Idem.

⁵¹ Idem, p. 77.

⁵² Idem, p. 119.

A chave para o interesse e a qualidade de uma notícia é (...) o atípico: aquilo que surpreende, que está em contraste com a presumida “normalidade” cotidiana. Não é de espantar que criminólogos e estudantes venham se interessando pelo lado negativo do atípico: vilões, assassinos em série, demônios populares e outros monstros. Mas o lado positivo, estrelas, heróis, princesas encantadas mortas em circunstâncias trágicas, também é um lugar de concentração da mídia e de projeção de esperanças e ansiedades públicas. E exatamente os mesmos processos de seleção, ênfase e construção de notícias ocorrem aqui, como no lado escuro da existência humana. Assim, embora ondas de crimes sejam um prato de resistência da imprensa, as curas “milagrosas” da criminalidade também o são (sejam elas suplementos alimentares, circuitos fechados de televisão, Vigilantes de Bairro, teste de ADN ou Tolerância Zero em Nova Iorque). Pânicos e panacéias morais andam lado a lado, e constituem o estoque diário das coberturas noticiosas, assim como as histórias trágicas dos que estão aflitos pelo câncer e as descobertas “revolucionárias” regulares no seu tratamento⁵⁵.

Criminosos e excluídos – esses, sempre a um passo da delinquência – seriam ovelhas desgarradas cuja ressocialização dependeria, portanto, de soluções “simples”. Curioso é que a ressocialização – em instituições como a Febem, no caso de crianças e adolescentes – se daria através do aprendizado de determinadas profissões que eventualmente os próprios infratores desempenhavam antes de serem ali recolhidos, e que não são consideradas como tais quando esses menores respondem aos questionários que os enquadram.

⁵⁵ Idem, p. 189 .

Foi o que demonstrou estudo de Vera Malaguti Batista, indicando ainda a diferença de tratamento em função da classe social: um menor pobre, usuário de maconha, foi internado por ter família desestruturada; outro, de classe média, também usuário de maconha, estava na mesma situação: morava com a mãe, psicóloga, os pais eram separados. No entanto, voltou para casa, pois a própria mãe, devido à sua profissão, estaria em condições de ampará-lo...⁵⁶

Estereótipos de cunho social estão presentes, por exemplo, no caso das “meninas do crime”, que o JB publicou em 13 de agosto de 2000 e foi objeto de nossa análise em outro artigo:

A foto domina a primeira página: um quê de vaidade no detalhe de unhas pintadas e cabelos tingidos, e a humilhação do gesto inevitável, corpo curvado, rostos encoberidos entre os braços cruzados. Três jovens de uniforme azul e chinelos: Amélia, Ivonete e Estela, presas por roubar um celular. Nomes fictícios, figuras sem rosto: a medida protege mas também agride, rouba-lhes a identidade. Só podem aparecer escondendo-se, num contorcionismo autoflagelador, supostamente envergonhado da culpa.

O ritual se repete na manchete da página interna: “um retrato das meninas do crime”. Retratos pela metade: na foto principal, de novo as três, agora de pé, com as mãos sobre o rosto; abaixo, uma jovem de comportamento exemplar para ilustrar a matéria (está grávida mas diz ter relações homossexuais) aparece contra o espelho, barriga proeminente à mostra, cabeça cortada; ao lado, deitada sobre a grama do pátio do reformatório,

⁵⁶ Vera Malaguti Batista. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2000.

outra jovem encara a câmera, mas a velha tarja preta nos olhos lhe contém a ousadia. É a matéria principal do *Jornal do Brasil* do domingo 13 de agosto: “Droga duplica presença das meninas nos crimes”. Reportagem (mais uma) sobre uma pesquisa (mais uma) com jovens marginais. A pesquisa se detém sobre o universo feminino e aponta o crescimento “est arrecedor” de mais de 100% de moças infratoras. A reportagem utiliza os depoimentos da pesquisa para reiterar as “histórias de vida”: filhas de famílias “desestruturadas”, ou sem família alguma, envolvidas no tráfico por causa do “amor bandido” ou iniciadas muito cedo no consumo de drogas.

Nem a pesquisa nem a reportagem suspeitam que talvez não seja a droga, tão consumida nas classes média e alta, que leve ao crime, mas as condições em que as famílias se “desestruturam”, e que levam aquelas meninas a vender algo ilegal para essas mesmas classes média e alta, enxergando aí a possibilidade de conseguir um dinheiro que não seria obtido de outra forma.

Uma tal hipótese permitiria abrir a perspectiva de uma investigação mais profunda sobre desigualdades sociais. Portanto, convém ficar na superfície e reiterar o que já se sabe. Então surge mais uma reportagem sobre mais uma pesquisa. E se apontam mais uma vez as mesmas “soluções”: os projetos de “ressocialização”, lamentavelmente emperados pela “sociedade”. Aquelas moças inconvenientemente violentas também são capazes de mostrar suas prendas. Fazem quitutes ótimos; também aprendem artesanato. Só que a “sociedade” não compra.

As “meninas do crime” garantem manchete fácil porque chocam: meninas devem ser delicadas. Mas, uma vez presas, aprendem: boas meninas, vão cozinhar, costurar ou fabricar enfeites. Também os meninos vão

“aprender uma profissão”: carpinteiro, jardineiro, servente.

É o lugar de meninas (e meninos) criminosos. Nada de sonhar com o prazer, o poder, a felicidade e a fama prometidos nas imagens da publicidade. Meninos e meninas à beira da marginalidade devem conhecer seu lugar: assim não vão atacar a “sociedade” que pode sonhar e realizar seus sonhos.

O problema é que não há lugar para tantas cozinheiras e serventes. A sociedade não compra⁵⁷.

Muito menos haveria lugar para tantos artistas e jogadores de futebol. No entanto, essas são as saídas simples defendidas pelo discurso bem-intencionado da “integração” dos excluídos, e reproduzido de forma tão entusiasmada pela imprensa. Significativamente, a salvação se daria através dos caminhos da música e do futebol: talentos inatos dessa gente bronzada que, por esse meio, mostra seu valor aos olhos do mundo – mas que, para aflorarem, exigem enorme esforço, não só para trabalhar a vocação como para afastar os muitos e sedutores apelos do “mal”.

Então, *O Globo*, em 18 de julho de 1999, louva a iniciativa dos “Jogos da Paz”, num título em que o jogo de palavras não deixa dúvidas quanto à expectativa: “O esporte vira arma na luta contra a violência”. O campeonato, promovido pelo Movimento Viva Rio com o apoio da Unesco, contava com cerca de 40 mil jovens entre 14 e 17 anos, “a maior competição envolvendo adolescentes no Brasil”, reunindo times de colégios, condomínios, favelas e instituições para menores infratores, que estariam em campo para “enfrentar a cidade partida”, numa maratona

⁵⁷ Sylvia Moretzsohn. “A sociedade não compra”. Revista *Aliás*, Niterói, IACS/UFF, 2º semestre de 2000.

que terminaria em fins de novembro daquele ano.

Ilustra a matéria foto de um time formado como manda o figurino – um grupo em pé, outro agachado –, tudo normal não fosse o detalhe: os atletas apresentam-se de costas, pois, como infratores, não podem mostrar o rosto. Têm a cabeça raspada e estão descalços. “O time do Padre Severino posa de costas, como manda a lei, para preservar a identidade dos menores infratores: sonhos de uma vida melhor”, diz a legenda. Os depoimentos reiteram o sonho de seguir a carreira de jogador, cada qual comparando-se a um ídolo do momento. A regra do jogo também parece ter sido bem entendida e é relatada logo no *lead*:

O adolescente estava quase terminando de responder sua ficha de inscrição. A lacuna seguinte, uma das últimas, era “Nome do time”.

– “Lá Vai Bala” – respondeu ele, sem alterar a voz.

Um instante depois, o menino pediu à funcionária que não escrevesse o nome.

– Acho que não combina, né? Vamos trocar. Escreve aí: “União pela Paz” – decidiu.

A seguir, o repórter compara a cena, ocorrida em Nova Iguaçu, “à história da concepção das Olimpíadas, na Grécia antiga, quando os homens desistiram da guerra para se dedicar às disputas esportivas”.

O JB de 9 de julho de 2000 também faz trocadilho no título de matéria sobre o projeto “Tênis para todos”, aplicado a crianças da favela da Maré na esteira do sucesso internacional de Guga: “Sonho de criança na maré do tênis”. E aposta: “A brincadeira de criança, que começou há um mês, na Vila Olímpica da Maré, passa a ser agora uma possibilidade de futuro”.

A solução mágica do esporte é assim apontada como a salvação para jovens pobres que, de outra forma, estariam no tráfico. A história de “Bruno Pacheco, um brasileiro”, no *Globo* de 24 de novembro de 2001, é apresentada como “uma metáfora do país”: 18 anos, bicampeão brasileiro juvenil e campeão sul-americano dos 100 e 200 metros rasos, a “maior promessa do atletismo brasileiro” vem de família humilde. Nascido numa favela na Zona Norte do Rio, despontou para o atletismo aos 14 anos, mas, sem dinheiro, sem perspectivas, procurou amigos de infância, já envolvidos com o tráfico. Tornou-se um deles. Até que o técnico foi buscá-lo. Negociou com os traficantes, que – segundo relato do próprio técnico – só quiseram saber se o colega “era bom mesmo”. A saída, como se vê, é o esporte (haja campeonatos!), mas o próprio Bruno a considera precária: “Já tentei levar alguns que estão hoje no tráfico para o atletismo. Tenho certeza de que muitos seriam campeões. Mas como convencer o cara a largar aquilo para um negócio que ele nem sabe se vai dar retorno e que dificilmente dá?”. Ao escolher esse trecho da fala do entrevistado, a reportagem faz a sua própria ressalva, falando através dele. Mas não investe na crítica; ao contrário, respira aliviada com a salvação do rapaz: “Hoje, esses dias e noites bandidas estão no passado”. E conclui, em tom apoteótico: “Suas noites agora são muito mais tranquilas que as de antes, em claro, vigiando os movimentos da polícia em uma laje qualquer. Dormindo o sono dos justos, sonhando com Atenas 2004. Bruno Pacheco, um brasileiro”.

O menino pobre que supera a adversidade e conquista seu lugar é um vencedor típico da ética protestante – e é disso que tratam sis-

tematicamente as reportagens que traçam o perfil desses atletas, abusando do jogo de palavras de duplo sentido (fulano dribla o preconceito, vence a miséria, ergue o troféu da superação, etc). Em 1º de agosto de 1999, *O Globo* falava sobre os “campeões dentro e fora das pistas”: Vanderlei Cordeiro de Lima, Claudinei Quirino, Elenilson da Silva e Eronildes Araújo, ganhadores de medalhas nos Jogos Pan-Americanos daquele ano. O texto relata a infância difícil de todos eles, ex-bóias-frias, frentistas, boiadeiros, balconistas, até que foram descobertos para o esporte e conquistaram “a vitória definitiva sobre as terríveis dificuldades postas no caminho de quem nasce miserável”. Aquelas medalhas seriam “os certificados de que está ganha – de virada – a luta para vencer na vida”.

Toda a lógica gira em torno da ascensão dentro do sistema, do qual, aliás, o esporte se tornou a mais perfeita metáfora: todos estão no jogo, mas apenas alguns vencem. De fato, não há lugar para todos – pelo contrário, há lugar para muito poucos –, mas mesmo assim este continua sendo o aceno principal para os jovens de periferia mudarem de vida.

“Assim nascem os homens”, sentença pomposamente o título do JB que, em 8 de fevereiro de 2000, evoca famoso *western* para falar sobre o repentino sucesso de uma jovem revelação do Flamengo na mais recente vitória do time. O subtítulo (“Adriano, destaque no 5 a 2 sobre o São Paulo, diz que gol marcou o início da maturidade”) procura fechar o sentido sobre o “nascimento” daquele “homem” de que fala o título, mas o significado é muito maior, como a matéria evidencia:

Cabo Jorge, Nino, Hermes e Adauto brilham no campo de terra da favela de Vila Cruzeiro. Maguilinha, um dos maiores cra-

ques da comunidade, foi assassinado antes de completar 22 anos. Vida na favela é assim: todos jogam bola, muitos se envolvem “com o caminho errado do tráfico” e poucos conseguem sair dos becos escuros.

O texto parece enveredar para um aprofundamento crítico, mas logo muda de tom:

O adolescente Pipoca, que aos nove anos viu o pai cair baleado, talvez seja um desses iluminados. Seu Mirinho sobreviveu com saúde, apesar da bala alojada na cabeça. E Pipoca trocou o campo da favela pela esperança verde do futebol profissional, onde já é respeitado como o Adriano, aquele que marcou o terceiro gol do Flamengo, na goleada de 5 a 2, domingo, contra o São Paulo.

A foto principal da matéria mostra o rapaz em meio a entusiasmadas crianças no campo da Vila Cruzeiro. A expectativa é de todos ali, mas a chance é apenas para os “iluminados”. Pois não basta ser bom de bola: Maguilinha, por exemplo, “jogava muito”. É preciso, portanto, ser também um bom rapaz. Como Adriano, que não bebe e, aos 17 anos, já está “nos braços de Ariane, de 16 anos, com quem (sic) ficou noivo após nove meses de namoro”.

A outra tábua de salvação é a música. “Choro abre perspectivas para jovens pobres da Baixada”, diz o título de matéria do *Globo* de 23 de dezembro de 2001, que comemora o “prazer de exercer a cidadania através da música”. Uma cidadania que, entretanto, carece de patrocínio:

A grande dificuldade da associação [do Movimento de Compositores da Baixada] é conseguir patrocínio. O apoio do BNDES em seu programa de incentivo e valorização das artes e da cultura de jovens talentos deu ânimo aos educadores da escola de música. (...) Mas, segundo a própria diretora,

ainda há muita coisa a ser feita e a coordenação pretende sensibilizar a prefeitura de São João de Meriti para os projetos da escola, que tiram as crianças da ociosidade.

No mesmo dia, no mesmo jornal, outro exemplo de salvação pela música: “O rap de Garnizé contra as almas quase perdidas – músico e educador da periferia de Recife tem vida contada em filme e tenta salvar menores em situação de risco”. O título evoca o famoso filme “O rap do Pequeno Príncipe contra as almas sebosas”, no qual o rapaz divide a cena com o justiceiro Hélio Muniz José da Silva, mais tarde preso, e que acabou morto por colegas de cela.

A matéria começa assim:

Um sobrevivente. É assim que José Alexandre a Silva, o Garnizé, de 30 anos, se define. Criado em um bairro violento no município de Camarajibe, a 15 quilômetros de Recife, já perdeu as contas dos amigos do Alto da Boa Vista que morreram ou estão presos. Mas ele quis mudar esse destino: músico, educador e ator, Garnizé trabalha com menores em situação de risco e já começa a ficar conhecido em Pernambuco.

Eis aí mais um que reuniu força de vontade para se superar. Na entrevista, ele reproduz o discurso já sacralizado sobre os males da periferia:

“O que acontece em Camarajibe acontece na periferia de todo o Brasil. Nos morros, falta ocupação, faltam alternativas de lazer, quadras poliesportivas. Do que não presta, sobra tudo: armas, drogas fartas e excesso de más companhias. Se o adolescente não tem uma base familiar sólida e uma boa educação, termina sendo empurrado da sociedade”.

De novo a favela como *locus* do mal, e vista assim não por alguém de fora, alguma autoridade interessada em lhe tolher os movimentos, mas por um seu legítimo representante. Especialmente significativa é a referência às más companhias: quem são, como e de onde elas surgem? Como caracterizá-las, como reconhecê-las? Garnizé não diz, ou pelo menos não lhe perguntam. E assim ele pode usar o lugar-comum que opõe a sociedade (os homens de bem, que têm educação e base familiar sólida) e o resto (que só pode ser a favela).

Na mesma página, introduzida por um título que reforça a via da música como salvação (“Percussão é a arma contra a violência”), matéria coordenada remete novamente ao “problema social” ao contar a história do entrevistado:

Garnizé teve família. O pai era operário e a mãe fazia quitutes para aumentar a renda da família. Mas o pai tinha um vício: o álcool. E o filho não suportava vê-lo bêbado. Saiu de casa e passou quatro meses dormindo na rua, até ser acolhido por uma família.

Temos então uma explicação “social” para o drama daquela criança: o pai alcoólatra. Não um contexto de incerteza e insegurança, mas uma pessoa que se entrega ao vício. Naturalmente, ninguém se lembra de quantos pais alcólatras ou similares existem na classe média e na elite, e que provavelmente geram crises familiares, mas jamais a ponto de levar uma criança abastada, ou simplesmente remediada, a ir morar na rua.

9 Finalizando: melhorar ou mudar a imprensa?

No dia 21 de julho de 2001, um sábado, o JB chocou o público ao estampar foto ocu-

pando quase toda a metade superior da capa com a cabeça ensanguentada do jovem Carlo Giuliani, morto com um tiro em Gênova, durante um dos protestos que a imprensa classifica genérica e imprecisamente como “antiglobalização”. As críticas imediatas, expressas especialmente em cartas de leitores, diziam respeito à propriedade de se utilizar uma foto daquelas na primeira página: alguns elogiavam a ousadia, outros condenavam o jornal por estar fazendo concessões ao sensacionalismo e ao mau gosto, nivelando-se aos jornais populares, utilizando um apelo desnecessário para vender mais, etc. Em sua coluna de 26 de julho, o articulista Eugênio Bucci abordou o tema de maneira mais densa, explorando um aspecto que passa despercebido da maioria do público pela própria estrutura segundo a qual a informação é divulgada: as imagens de impacto, que se bastam a si mesmas, e silenciam sobre o contexto.

Retratar essa morte é um dever jornalístico. (...) O que se passou foi tão grave que foi destaque em todos os jornais e programas jornalísticos a que tive acesso esta semana. Mas algo está faltando. O que me incomoda nessa cobertura toda não é o que ela vem mostrando, nem as tintas de que ela se vale, mas exatamente o que não ela mostra e não ilumina. É como se exibir a morte fosse o bastante. Para uma imprensa viciada em imagens de impacto, a cabeça ensanguentada de Carlo Giuliani é o olho do furacão. E basta. O nosso olho – nosso olho de público, nosso olho de jornalistas, tanto faz – fica hipnotizado e não consegue se desprender daí. Não vê o entorno, não estabelece as relações necessárias. Assim, caímos numa inversão: a imagem forte, que nos alerta, serve para nos cegar. As razões menos superficiais nos escapam.
(...)

O jornalismo cumpriu sua função ao retratar os enfrentamentos em Gênova, mas deixa a desejar quando não investiga as razões de fundo desses enfrentamentos – e quando aceita acriticamente, em seu discurso cotidiano, as premissas que presidem a globalização. Penso na imprensa brasileira de modo especial. (...) Ela não se pergunta sistematicamente das conexões entre as tragédias sociais – desemprego generalizado, fome, trabalho escravo – e o processo de globalização, assim como não apura como e por que as demandas do capital, no nosso tempo, acabaram se transformando em metas públicas de governo pelo mundo afora: privatizações, desmonte da Previdência, asfixia das universidades públicas etc. Em todos os países periféricos ou semiperiféricos as metas de governo são idênticas. Por quê? Ela não pergunta enfim por que a globalização virou um fato consumado que se impõe sem qualquer outro diálogo que não esses “de cúpula”. Antes, as razões de Estado é que eram indiscutíveis e indevassáveis. Hoje, são as razões do mercado. Por quê?⁵⁸

A crítica tem a clareza de apontar a omissão da imprensa no estabelecimento de relações entre as premissas da globalização e a nossa tragédia cotidiana, e o mérito de fazer esse tipo de observação no próprio jornal; mas, talvez por isso mesmo – o lugar onde se publica a crítica – não avança para o principal. Pois não se trata de uma falha, uma lacuna passível de ser preenchida: *esta* imprensa não investiga essas relações exatamente porque adota o discurso da globalização, e o adota porque faz parte dele. É de acordo com ele que se organizam as empre-

⁵⁸ Eugênio Bucci. “O olho da gente no olho do furacão”. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 2001.

sas jornalísticas produtoras desse tipo de informação.

Assim, não é que fiquemos sem saber “por que” as coisas são como são; somos treinados a incorporar um “porque” perverso, através do qual nosso papel de subalternos passa a ser plenamente justificável e aceitável. Os exemplos são inúmeros: matérias sobre privatização (que incluem o desmonte da Previdência e da universidade pública) trabalham com a lógica neoliberal, segundo a qual o Estado (como no velho anúncio do governo) é um paquiderme nefasto, afirmando que a eficiência (cujo sentido jamais se discute) deve ser a meta suprema em nossas vidas. Matérias sobre tragédias sociais exploram ao mesmo tempo o drama apresentado e a sensibilidade do público, disposto a engajar-se em campanhas de voluntariado (como a relativamente recente série do *Jornal Nacional* sobre a fome, que ganhou vários prêmios de jornalismo, embora não fizesse relação alguma entre a seca e os interesses políticos que impedem qualquer ação não-paliativa). Matérias sobre violência, como as que analisamos em detalhe ao longo deste artigo, partem de premissas muito claras sobre quem é o agressor, e reiteram no público os estereótipos que bloqueiam a capacidade crítica para qualquer ação transformadora.

O próprio *JB* resume exemplarmente esses argumentos, ao evidenciar a diferença de tratamento entre a capa com o jovem morto em Gênova e outra capa, apenas dois dias antes, que noticiou mais uma “explosão” popular numa favela. O título “A globalização e seus descontentes”, como Bucci lembra, evoca Freud (“A civilização e seus descontentes”), o texto sentencioso remete à poesia de Mário Faustino. Já a violenta manifestação de moradores do Morro da Providên-

cia foi tratada como “encenação” – e tome-se a palavra aqui em seu sentido corriqueiro, longe da teoria da “encenação dos sentidos”, a produção de “eventos de mídia” ou formulações semelhantes que colocariam o debate em outros termos para o público do jornal. Encenação como montagem, falsidade, coisa forjada: não haveria drama algum no “protesto controlado por traficantes”, o pai da menina morta “encena[va] revolta pela filha” na legenda da foto de capa. Claro, o gladiador defunto mas intacto de Gênova merece a balada do poema: é jovem, branco, europeu, mártir de uma causa política. Um legítimo resistente. Os pretos pobres do morro carioca, impertinente atrapalhando o tráfego no viaduto do Centro da cidade (que, aliás, leva ao *JB*), não agiam ao som de vagas de verdade e de loucura, nem mereceriam ser tratados como cidadãos completamente loucos com carradas de razão: para o jornal, é tudo encenação. O drama social – não apenas a morte de uma criança de 3 anos, mas um desempregado de 18 anos que foi pai aos 15, a mãe desdentada que aos 19 tem mais quatro filhos além daquela, uma comunidade inteira vivendo à beira do precipício no alto de uma pedreira desativada que ameaça desabar, nada disso importa. Vale apenas registro parcial ao pé de uma retranca, que ousa chamar de “casal” os pais da menina morta, como se constituíssem uma família estável.

Retornemos, então, à nossa epígrafe e à nossa hipótese original: tudo aquilo que rompe o “ronron” dessa politologia flácida que serve de instrumento de apreensão da sociedade tem todas as chances de ser percebido como uma agressão ou de simplesmente não ser percebido, mas romper o “ronron” não significa abrir espaço eventual para entrevistas com (ou artigos de) intelectuais crí-

ticos dessa politologia flácida. Esse espaço os jornais podem abrir, mesmo porque são o seu álibi contra críticas mais ligeiras a respeito de sua conduta editorial: afinal, tais entrevistas e artigos estariam ali para comprovar o respeito à diversidade de pensamento. Além disso, tal espaço importa para o sempre fundamental debate no campo das idéias, mas esse debate não é absorvido pela cobertura cotidiana dos fatos, a que influencia sistematicamente o que se configura como opinião pública⁵⁹, funcionando como um referendo ao senso comum. A questão é, portanto, redirecionar o enfoque da cobertura.

Não se trata de sugerir que *esta* imprensa possa assumir tal tarefa: acabamos de dizer que esta imprensa é o que deseja ser, e justifica sua conduta exatamente com base no argumento do senso comum – precisa “servir a seu público”, precisa ser compreendida por ele e, como representante dele, dizer o que ele quer ouvir –, escondendo nesse processo a sua participação ativa na formulação desse mesmo senso comum. A crítica, portanto, deve partir do questionamento do sentido que assumiu esse “serviço público”, demonstrando – como julgamos haver feito aqui, no caso da questão criminal – o papel político do jornalismo na produção de sentido e, conseqüentemente, na formação do que se convencionou chamar de opinião pública.

Em estudo anterior, procuramos demonstrar que essa atitude representa a tentativa de superação do projeto iluminista de “esclare-

⁵⁹ A relativização dessa expressão é necessária devido às críticas de Bourdieu (“*L’opinion publique n’existe pas*”, in *Questions de sociologie*, Paris, Minit, 1984) e Champagne (*Formar a opinião – o novo jogo político*, Petrópolis, Vozes, 1998), impossíveis de detalhar aqui.

cer os cidadãos”, através da formulação de um outro discurso, que não mascare o lugar da fala.

Uma das conseqüências seria combater o ideal de imparcialidade que tende a forjar, no jornal, um equilíbrio ausente na sociedade real, dividida e desigual. Com isso, claramente o lugar de autoridade da imprensa se desloca - ou, dizendo melhor, muda a qualidade dessa autoridade: a instituição deixa de ser onisciente para assumir no discurso o espaço que já ocupa de fato, no jogo de forças de compõem a sociedade. (...)

E, se a matéria-prima do jornalismo é a realidade cotidiana, “domínio do movediço, do impreciso, do *mais ou menos*, do *cerca de*”, um discurso não mistificador precisaria ser menos afirmativo, menos conclusivo, menos definitivo; precisaria expor as limitações do trabalho de apuração e aceitar a dúvida como componente desse trabalho. (...) [A] dúvida que permite outras interpretações, que está na origem de toda possibilidade de transformação social⁶⁰.

Foi nesse sentido que enunciamos o conceito de notícia como *clinamen*, “aquele desvio que Epicuro identificou na rota previsível e mecânica dos átomos e que rompe com a fatalidade, representando, para a natureza, a possibilidade de criação do mundo, e, para os homens, a possibilidade de liberdade”.

Encarar a notícia como *clinamen* seria, aparentemente, apenas uma conseqüência lógica da associação corrente entre notícia e novidade: o desvio pode ser, em si mesmo, considerado novidade, pelo simples fato de que rompe com a normalidade. No entanto, o conceito vai muito além, porque é a ruptura tomada num sentido transformador, que

⁶⁰ Sylvia Moretzsohn, op. cit., p. 179-180.

encara a realidade não apenas como aquilo que existe, mas como “tudo aquilo em que ainda não nos tornamos, ou seja, tudo aquilo que nós mesmos nos projetamos como seres humanos, por intermédio dos mitos, das escolhas, das decisões e das lutas”⁶¹.

No enorme esforço teórico para “reinventar a democracia” a partir da formação de um “novo senso comum”, Boaventura de Sousa Santos utiliza conceito semelhante, “ação-com-*clinamen*”, para designar a rebeldia da ação contrária ao conformismo, “que reduz o realismo ao que existe”⁶². Tratar das relações entre jornalismo e senso comum representará uma das consequências lógicas de nosso trabalho, e demandará um esforço que leve em conta os ainda incipientes estudos de recepção em nosso meio. Por ora, e para finalizar, cabe ressaltar que o senso comum é aqui encarado positivamente, remetendo à concepção original encontrada em Gramsci, a partir do conhecido argumento de que “todos os homens são filósofos” e estendendo-se à perspectiva de criação de “uma nova cultura”⁶³. Embora não cite o autor, Sousa Santos parece trilhar caminho semelhante ao formular a possibilidade de um novo senso comum para a “transição paradigmática” provocada pelo inconformismo diante da frustração das promessas da modernidade face à realidade do aumento exponencial da fome, do desemprego, das violações aos direitos humanos, e assim por diante.

⁶¹ Idem, p. 181.

⁶² Boaventura de Sousa Santos. “Reinventar a democracia”. In Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.). *Os sentidos da democracia - políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis/Brasília, Vozes/Nedic, 1999, p. 110.

⁶³ Gramsci, op. cit.

Preocupado explicitamente com o lugar que a ciência, o direito e a política ocupam na trajetória do paradigma da modernidade ocidental⁶⁴, Sousa Santos parece esquecer a influência da mídia, poderosa barreira contra qualquer discurso crítico à globalização. É, por isso, fundamental inserir o tema (e, com ele, o conceito de notícia como *clinamen*) nesse “processo de transição paradigmática”, lidando com o senso comum para alterá-lo. Num exemplo simples, tal postura sustentaria uma orientação oposta àquela identificada por Mattelart a respeito de um “desvio” sistematicamente demonizado pela mídia, como o tráfico de drogas - pois a ênfase é sempre nas operações de combate a esse crime, não sobrando espaço para investigar como um contingente cada vez maior de população marginalizada consegue conservar sua dignidade apesar da sujeição à mais extrema violência⁶⁵.

Há cerca de duas décadas, inúmeros estudos no campo da criminologia crítica vêm fornecendo a necessária sustentação teórica para uma reorientação da cobertura jornalística⁶⁶. Como utilizá-los será tarefa resultante de uma densa pesquisa de linguagem. Mas será, sobretudo, produto de uma decisão política fundamental para alterar as bases da “sociedade excludente”.

⁶⁴ Sousa Santos. *A crítica da razão indolente*. op. cit., p. 18-19.

⁶⁵ Mattelart. *Comunicação-mundo – história das técnicas e das estratégias*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 276.

⁶⁶ Cf. Eugenio Raúl Zaffaroni, Lola Anyiar de Castro, David Garland, Nils Christie, Louk Hulsman, entre outros – e além dos autores já citados aqui.

10 Bibliografia

:

10.1 Livros e artigos acadêmicos

Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1992.

Batista, Nilo. *Algumas matrizes ibéricas do direito penal brasileiro – vol I*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2000.

Batista, Nilo. “A violência do Estado e os aparelhos policiais”, in *Discursos Seditiosos – crime, direito e sociedade*, ano 2, nº 4. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2º semestre de 1997, p. 145-154.

Batista, Nilo. “Política criminal com derramamento de sangue”, in *Discursos Seditiosos – crime, direito e sociedade*, ano 3, nº 5-6. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1º e 2º semestres de 1998, p. 77-94.

Batista, Vera Malaguti. “O medo na cidade”, in *Transgressões – anais da I Jornada do Espaço Brasileiro de Psicanálise* (no prelo).

Batista, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2000.

Boorstin, Daniel. *The image – a guide to pseudo-events in America*. Nova Iorque, Harper and Row, 1964.

Cerqueira Filho, Gisálio. *A “questão social” no Brasil – crítica do discurso político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

Chaparro, Manuel Carlos. *Sotaques d’aquém e d’além mar – percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém, Jortejo, 1998.

Chibnall, Steve. *Law-and-order news – an analysis of crime reporting in the british press*. Londres, Tavistock, 1977.

Del Olmo, Rosa. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia (no prelo).

Fishman, Mark. *Manufacturing news*. Austin, University of Texas Press, 1990.

Gans, Herbert. *Deciding what’s news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Nova Iorque, Pantheon, 1979.

Genro Filho, Adelmo. *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê!, 1987.

Gramsci, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

Mattelart, Armand & Michèle. *Frentes culturales y movilización de masas*. Barcelona, Anagrama, 1977.

Mattelart, Armand. *Comunicação-mundo – história das técnicas e das estratégias*. Petrópolis, Vozes, 1994

- Mendonça, Kleber. “A onda do arrastão”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, ano 4, nº 7-8, 1º e 2º semestres de 1999, p. 271.
- Mendonça, Kleber. *Discurso e mídia: de tramas, imagens e sentidos. Um estudo do Linha Direta*. Dissertação de mestrado em Comunicação, Niterói, UFF, 2001.
- Moretzsohn, Sylvia. *Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro, Revan, 2002.
- Schudson, Michael. “The sociology of news revisited”, in James Curran and Michael Gurevitch (org.). *Mass media and society*. Nova Iorque, Edward Arnold, 1992.
- Serra, Antonio A. O desvio nosso de cada dia – a representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- Sevcenko, Nicolau. “Fim da História”. *Atrator Estranho*, nº 19, São Paulo, NTC/ECA-USP, 1996.
- Silva Franco, Alberto. “As perspectivas do direito penal por volta de 2010”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, ano 5, nº 9-10. Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1º e 2º semestres de 2000
- Sousa Santos, Boaventura de. “Reinventar a democracia”, in Francisco de Oliveria e Maria Célia Paoli (org.). *Os sentidos da democracia - políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis/Brasília, Vozes/Nedic, 1999, p. 83-129.
- Sousa Santos, Boaventura de. *Crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo, Cortez, 2000.
- Wacquant, Loïc. “A globalização da Tolerância Zero”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, ano 5, nº 9-10. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1º e 2º semestres de 2000, p. 111-119.
- Wacquant, Loïc. *Punir os pobres – a nova gestão da miséria*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2001.
- Young, Jock. *A sociedade excludente – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2003.
- Zaluar, Alba. “O Rio contra o crime”, in Zaluar, *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan/UFRJ, 1994, p. 36-41

10.2 Artigos em jornais e revistas

- Batista, Nilo. “Nada mudou”, in www.anf.org.br em Março de 2001.
- Bucci, Eugênio “O olho da gente no olho do furacão”. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 2001.
- Chaui, Marilena. “Ética e violência”, in *Teoria & Debate* nº 39, out/dez 1998.

Moretzsohn, Sylvia. “A sociedade não compra”, in *Aliás*, 2º semestre de 2000.

Moretzsohn, Sylvia. “A segurança da favela e a classe média apavorada”, in *www.anf.org.br*, março de 2001.

Santos, Joel Rufino dos. “Leitura do ato contra a violência”. *Jornal do Brasil*, 11 de julho de 2001.

Utzeri, Fritz. “O triste sono sem mãe”. *Jornal do Brasil*, 15 de maio de 2000.